



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

RHUAN LUCAS BRAZ SILVA

**TRADUÇÃO COMENTADA DA CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LIBRAS**

FORTALEZA

2022

RHUAN LUCAS BRAZ SILVA

TRADUÇÃO COMENTADA DA CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LIBRAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Tradução: linguagem, cognição e recursos tecnológicos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvana Aguiar dos Santos

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B839t Braz Silva, Rhuan Lucas.
TRADUÇÃO COMENTADA DA CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LIBRAS / Rhuan Lucas Braz Silva. – 2023. 105 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos.
1. Estudos da Tradução. 2. Tradução Comentada. 3. Tradução Comunitária. 4. Libras-Português. 5. Violência Sexual. I. Título.

CDD 418.02

RHUAN LUCAS BRAZ SILVA

TRADUÇÃO COMENTADA DA CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA LIBRAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Tradução: linguagem, cognição e recursos tecnológicos.

Aprovada em: 21/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Silvana Aguiar dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dra. Katia Lucy Pinheiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Diná Sousa da Silva
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Neiva de Aquino Albres
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Aos meus pais, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo desse percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por cuidar de mim e permitir chegar até aqui mesmo em meio a tantas tribulações.

Agradeço aos meus pais, Valdinar Alves e Maria Goretti por sempre acreditarem que seria possível a chegada desse momento e por me encorajarem a nunca desistir, dando o suporte necessário para que eu pudesse concluir mais essa etapa de minha vida, sou muito grato meus queridos pais por todo o carinho e compreensão.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – POET por todo o suporte durante o período mais difícil na pandemia.

Agradeço a minha querida Orientadora Prof. Dra. Silvana Aguiar dos Santos, pela paciência, compreensão, suporte e por todas as considerações que possibilitaram a construção deste trabalho.

Aos meus amigos surdos, que me ensinaram a amar a sua língua, a respeitar a sua identidade, sem vocês isso tudo não seria possível.

Agradeço a banca examinadora de qualificação e defesa composta pelas professoras Dra. Neiva Aquino Albres, Dra. Diná Souza da Silva e Dra. Kátia Lucy Pinheiro.

A todos que não pude citar, e que se pudesse, com certeza extrapolaria a quantidade de páginas, serei eternamente grato a todos envolvidos nessa conquista, pelas alegrias e sorrisos compartilhados. A vocês minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação Comunitária, também conhecida como tradução e interpretação de serviços públicos. Nesse sentido, a tradução de/para/entre línguas de sinais oferece importantes contribuições para ampliar os direitos linguísticos das pessoas surdas, especialmente no acesso à informação. No que tange às crianças e adolescentes surdos, nem sempre materiais traduzidos para Libras estão disponíveis e/ou são alvo de interesse das políticas governamentais. As línguas de sinais devem ser asseguradas como direito das pessoas surdas, devendo ser reconhecida nos diversos contextos sociais, sejam eles, legal, educacional, médico-hospitalar, familiar e outros. Desse modo, pensar a tradução direcionada para esse público é uma forma de garantir que seus direitos sejam acessados e usufruídos. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho foi analisar os desafios linguísticos, tradutórios e culturais do processo de tradução comentada da cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias” para Língua Brasileira de Sinais. Com base nas contribuições teóricas de Phillipson e Skutnabb (1995), Pöchhacker (2004), Hale (2007), Abreu (2018), Rodrigues e Beer (2016) e Rodrigues e Santos (2018) discute-se a necessidade ampliar as discussões sobre a relevância e o papel da tradução de/para/entre línguas de sinais nos contextos públicos, pensando na abrangência e nas diferentes comunidades surdas brasileiras. Utilizamos a metodologia de estudo de caso, desenvolvendo uma tradução comentada. A construção do projeto de tradução seguiu as orientações de cunho funcionalista, desenvolvidas por Nord (2016). Por fim, realiza-se a tradução propriamente dita e na sequência comenta-se os principais destaques e as decisões tomadas no processo tradutório no que se refere aos aspectos gerais sobre o tema, a cartilha, o gênero textual e os aspectos linguísticos.

Palavras-chave: estudos da tradução; tradução comentada; tradução comunitária; Libras-português; violência sexual.

ABSTRACT

This work belongs to Translation Studies and Community Interpreting area, also known as translation and interpretation of public services. In this sense, translation from/to/between sign languages offers important contributions to expanding the linguistic rights of deaf people, especially in terms of access to information. With regard to deaf children and adolescents, materials translated into Libras are not always available and/or are the target of interest of governmental policies. Sign languages must be guaranteed as a right of deaf people, and must be recognized in different social contexts, whether legal, educational, medical-hospital, familiar and others. In this way, thinking about translation aimed at this audience is a way of guaranteeing that their rights are accessed and enjoyed. This way, the general objective of this work was to analyze the linguistic, translational and cultural challenges of the annotated translation process of the booklet “SViolência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias” into Brazilian Sign Language. Based on the theoretical contributions of Phillipson and Skutnabb (1995), Pöchhacker (2004), Hale (2007), Abreu (2018), Rodrigues and Beer (2016) and Rodrigues and Santos (2018), the need to broaden discussions on the relevance and role of translation from/to/between sign languages in public contexts, considering the scope and different Brazilian deaf communities. We used the case study methodology, developing a commented translation. The construction of the translation project followed the functionalist guidelines developed by Nord (2016). Finally, the translation itself is carried out and then comments are made on the main highlights and the decisions taken in the translation process with regard to general aspects of the theme, the booklet, the textual genre and the linguistic aspects.

Keywords: translation studies; commented translation; Libras-portuguese; sexual violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	Cartilha Educacional
CJ	Cartilha Jurídica
DTS	Descriptive Translation Studies
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LP	Língua Portuguesa
L1	Primeira Língua
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MPAL	Ministério Público de Alagoas
MPBA	Ministério Público da Bahia
MPCE	Ministério Público do Ceará
MPMA	Ministério Público do Maranhão
MPPB	Ministério Público da Paraíba
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MPPI	Ministério Público do Piauí
MPRN	Ministério Público do Rio Grande do Norte
MPSE	Ministério Público de Sergipe
TA	Texto Alvo
TE	Tradução Especializada
TF	Texto Fonte
TILSP	Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa de Holmes.....	20
Figura 2	- Mapeamento dos Estudos da Tradução segundo Williams e Chesterman, 2002.....	21
Figura 3	- ECA em Libras.....	33
Figura 4	- Representação do Método de Marcha Sintética.....	42
Figura 5	- O Abecedário na Cartinha.....	42
Figura 6	- Cartilha Violência Contra Crianças e Adolescentes.....	44
Figura 7	- Trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90)	45
Figura 8	- Cartilha da Justiça em Quadrinhos.....	46
Figura 9	- Processo de Ação Tradutória – Componentes.....	52
Figura 10	- Processo Tradutório Modelo Circular.....	53
Figura 11	- Capa da Cartilha.....	57
Figura 12	- Tradução da Cartilha – Sem Edição.....	61
Figura 13	- Tradução da Cartilha – Editado.....	61
Figura 14	- Foto dos Elaboradores da Cartilha - Jucelino Oliveira Soares e Francisco de Moraes Alencar Filho.....	72
Figura 15	- Foto da Colaboradora na elaboração da Cartilha.....	72
Figura 16	- Foto do Tradutor da Cartilha.....	73
Figura 17	- Sinal Abuso Sexual.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Ministérios Públicos do Nordeste com materiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.....	32
Quadro 2	- Categorização dos Livretos Religiosos.....	41
Quadro 3	- Vídeos levantados a partir da pesquisa no YouTube.....	60
Quadro 4	- Caderno de Memórias sobre a Tradução.....	63
Quadro 5	- Análise do Texto Base.....	68
Quadro 6	- Perfil do Texto Meta.....	70
Quadro 7	- Texto da Cartilha em Língua Portuguesa e em Libras.....	74
Quadro 8	- Relato da Vítima em Libras e Língua Portuguesa.....	75
Quadro 9	- Exemplos de Situações de Abuso.....	78
Quadro 10	- Funções de uma equipe de Tradução.....	80
Quadro 11	- Título da Cartilha em Libras/ Língua Portuguesa.....	83
Quadro 12	- Opções de tradução do subtítulo.....	84
Quadro 13	- Tradução Libras/LP do relato da vítima.....	86
Quadro 14	- O Conceito de Exploração Sexual.....	91
Quadro 15	- Descrição das modalidades virtuais de abuso (cartilha e tradução).....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO TEÓRICA	20
2.1 Tradução e interpretação em serviços públicos.....	23
2.2 A cartilha como gênero textual.....	38
3 METODOLOGIA.....	48
3.1 A natureza da pesquisa	49
3.2 Percursos da tradução comentada	59
3.4 Memórias sobre a tradução	60
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TRADUÇÃO COMENTADA	68
4.1 Aspectos gerais sobre a cartilha	68
4.2 A tradução e seus comentários	73
4.3 A tradução e seus desafios linguísticos	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse em trabalhar com a tradução dentro da temática da violência sexual infanto-juvenil para Libras surgiu quando decidi abandonar minha proposta inicial de trabalho no mestrado. Resolvi trabalhar com algo que pudesse contribuir de forma mais assertiva para com as comunidades surdas. A ideia em trabalhar com esse tema realizando uma conexão com crianças e adolescentes surdos veio através de uma matéria local sobre a exploração sexual infantil. Essa reportagem me fez refletir sobre a escassez de materiais traduzidos em Libras que pudessem trazer à tona temas como esse para o diálogo.

Além da matéria que me fez despertar o interesse por desenvolver um trabalho sobre a temática da violência sexual, me veio a memória algumas situações em que tive contato com crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual. Esse público havia relatado que na época do ocorrido, elas não tinham noção do que estavam sendo feito com elas. Essa comunidade, especialmente crianças, meninos e meninas falavam do medo, das ameaças, dos abusos, praticadas por vezes pelos familiares ou pessoas próximas. Se com crianças ouvintes, a temática da violência sexual é um ponto que merece atenção, logo pensei que com crianças surdas, a vulnerabilidade enfrentada por esse público poderia ser maior.

Uma das minhas formações acadêmicas é em Educação Física. Foi através das aulas esportivas na escola que pude conhecer muitas realidades difíceis, pois o esporte me permitia uma certa aproximação com as crianças. Esse espaço possibilitava várias reflexões, dentre elas, criava oportunidades para que as crianças pudessem falar após as aulas sobre alguns problemas que estavam passando ou que passaram em suas vidas. De certo modo, elas refletiam sobre sua vida naquele momento. A educação física também me proporcionou conhecer o universo dos surdos, sua comunicação e cultura através da prática esportiva que por sua vez me fez querer aprender sua língua.

Por meio de um familiar, eu soube de um curso básico que iria ser realizado em sua igreja e prontamente decidi participar das aulas. A partir desse momento me envolvi cada vez mais com a comunidade surda, participando ativamente das reuniões na associação dos surdos, frequentando os mesmos espaços e realizando pequenas mediações em situações mais informais. Avancei com as formações em Libras, fiz o curso intermediário, a formação de tradutores e intérpretes e logo pude fazer o curso de graduação: Bacharelado em Letras Libras, ofertado no modo à distância pela Universidade Federal de Santa Catarina, mais especificamente no polo em São Luís, no estado do Maranhão. Passei a atuar como intérprete

voluntário na associação dos surdos e na igreja em que eu congregava. Durante o período em que fui intérprete, pude mediar diversas situações, falas, conflitos, os quais me faziam refletir sobre muitas coisas. Uma delas é que a informação não chegava como deveria na comunidade surda, por vezes chegava incompleta, alterada, além de outras situações de abuso e exploração que pude testemunhar ao longo dessas experiências.

Todas essas lembranças contribuíram para que a escolha do tema fosse essa. Após conversar com minha orientadora que apoiou a mudança e a escolha pelo tema da violência sexual, buscamos materiais que veiculavam esse tipo de informação. Nos deparamos com as cartilhas de cunho educativo produzidas pelos Ministérios Públicos de alguns estados e disponibilizadas em seus respectivos em seus sítios. Após uma triagem entre os MPs da região nordeste, emergiu na seleção, a cartilha intitulada: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias, produzida pelo Ministério Público do Ceará - MPCE.

A motivação que nos levou até a cartilha do MPCE foi o fato dela ser produzida pela respectiva instituição e não de outra fonte que tenha sido incorporada no site, tal como ocorreu em outros estados. Além disso, buscar por fontes documentais produzidas na região nordeste é uma forma de valorizar esta região, mostrando inclusive, articulações importantes para o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POET, do qual sou vinculado como mestrando. Mesmo eu sendo do estado do Ceará, me senti na obrigação de trabalhar com essa cartilha e torná-la mais acessível. Sou natural de Teresina no estado do Piauí. Atualmente exerço a função de Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Piauí, atuando nas disciplinas de Libras para as outras graduações e Literatura Surda no curso de graduação Licenciatura em Letras Libras.

Pesquisas realizadas pela World Health Organization (2013), estimam que no mundo existam cerca de 466 milhões de pessoas com alguma deficiência auditiva, de modo que 34 milhões são crianças. No Brasil, de acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, há cerca de 45 milhões de pessoas que possuem deficiência auditiva, sendo que destas 7,6% são totalmente surdas (OLIVEIRA, 2012). Mesmo com um número importante de pessoas parcialmente ou totalmente surdas vivendo em nossa

sociedade, ainda existem barreiras que contribuem para a exclusão, discriminação e não valorização de seus direitos, língua e cultura¹.

Quando consideramos que as políticas linguísticas têm como papel a gestão da língua ou das línguas faladas no território e que se enquadra no mesmo conjunto de políticas públicas governamentais e estatais, podemos inferir que tais políticas compõem os direitos linguísticos que são um tipo de direito humano e, como tal, um elemento intrinsecamente interligado em um conjunto de normas inalienáveis e universais para o gozo justo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de cada indivíduo.

É importante compreender que mesmo havendo no meio legal a garantia desses direitos, algumas comunidades linguísticas passam despercebidas, não sendo assistidas conforme pressupõem a máxima dos direitos linguísticos. Por se tratar de uma política, é possível ela favorecer determinados grupos em detrimento a outros, através da influência político-ideológica ou mesmo religiosa.

Ao reconhecermos as comunidades surdas como um grupo de pessoas que compartilham da mesma cultura, história e promovem trocas linguísticas para compreensão mútua, observa-se que a identidade desse grupo se faz presente. Torna-se fundamental a valorização dessa comunidade, bem como a garantia dos seus direitos linguísticos como minorias linguísticas. A comunidade não é única e homogênea, pois conta com uma série de perfis culturais e sociolinguísticos diferentes, mas ainda assim com diversos pontos em comum, tais como língua e cultura.

Quando privamos as pessoas do acesso aos seus direitos, entramos em conflito, de modo que se os direitos das minorias são respeitados, as possibilidades de ocorrer algum conflito são baixas. A diversidade linguística não está relacionada casualmente ao conflito, embora, é claro, a linguagem seja um dos principais fatores de mobilização em contextos em que um determinado grupo se sinta ameaçado (PHILLIPSON; SKUTNABB-KANGAS, 1995). Quando privamos os surdos dos direitos linguísticos, privamos também do usufruto dos direitos humanos, do acesso à justiça e a educação, do direito de liberdade de expressão, além da propagação de sua cultura por meio da língua de sinais. A linguagem é essencial para a constituição do sujeito, e é notório que a língua, enquanto parte fundamental da condição

¹É importante destacar que quando falamos sobre cultura surda, estamos falando sobre a cultura dos surdos brasileiros, tendo em vista que os surdos ao redor do mundo não compartilham a mesma língua de sinais, ou mesmo a experiência visual. A cultura surda não é algo fechado, localizado ou demarcado, cada comunidade surda estabelece estratégias que articuladas com sua trajetória histórica, tecem a forma como se relacionam. Vide KARNOPP, L. B; KLEIN, M; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. Cultura surda na contemporaneidade:(re) significações. **Revista Espaço**, p. 15-18, 2021.

humana, nos permita reconhecer diversos grupos e etnias, sem a língua, o indivíduo fica impedido de exercer e desfrutar dos seus direitos, portanto não podemos privar ou impedir que usem a sua primeira língua, elemento primordial de seu pensamento, de sua humanidade e sua cultura (RODRIGUES; BEER, 2016).

No que tange as crianças surdas, é de fundamental importância para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, que elas cresçam em um ambiente bilíngue (RIBEIRO; BERTONHA; CASTRO, 2020; GOLDFELD, 1997), no qual a língua de sinais deve ser adquirida ainda na infância como Primeira Língua (L1)²¹, de modo a não causar prejuízos ao seu desenvolvimento. Sendo que as línguas de sinais devem ser asseguradas como direito das pessoas surdas, devendo ser reconhecida no âmbito legal, educacional e familiar.

De acordo com Grosjean (2001), para que a criança atinja a plena capacidade cognitiva, linguística e social, precisa crescer bilíngue. E dentre os aspectos que o autor elenca no seu texto, a criança precisa: (1) Comunicar com os pais e familiares o mais breve possível; (2) Desenvolver as habilidades cognitivas na infância; (3) Adquirir conhecimento de mundo; (4) Comunicar-se plenamente com o mundo ao seu redor; (5) Aculturar-se em dois mundos.

Quando o autor coloca que a criança surda precisa adquirir conhecimento de mundo, comunicar-se e interagir com o meio em que está inserida e poder partilhar das duas culturas. Entendemos a importância da tradução das informações que circulam no meio, não tão somente no âmbito educacional, mas que a acessibilidade linguística se estenda para outras áreas que também são fundamentais para o seu desenvolvimento como cidadã, tais como a saúde, a área jurídica, a social, dentre outros contextos relevantes para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, esta pesquisa aborda a tradução especializada e comentada de uma cartilha proposta pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), na qual a temática aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes, tópico este de grande relevância para a sociedade e que não se encontra acessível em Libras para a comunidade surda, em especial a criança surda que está exposta a diversas situações de abuso e exploração (CEARÁ, 2021).

De modo que pretendemos responder a seguinte pergunta: Que desafios são encontrados no processo de tradução da cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias”? Provavelmente, um dos grandes desafios do processo é adequar o conteúdo da cartilha ao público surdo, uma vez que esse público necessita de

² Primeira língua ou língua materna, diz respeito ao primeiro idioma que adquirimos de forma natural. Vide Quadros e Karnopp (2004).

estratégias específicas na tradução. A fim de responder a essa questão foi escolhido como objetivo geral deste trabalho analisar as decisões linguísticas e tradutórias decorrentes do processo de tradução comentada, referente a cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias” para Língua Brasileira de Sinais. Considerando a pouca produção acadêmica no Brasil, incluímos na pesquisa referências internacionais e de línguas orais que versam sobre a temática.

Em seguida, elencamos quatro objetivos específicos, sendo o primeiro deles descrever o processo tradutório da cartilha sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando os principais elementos desse gênero textual e suas implicações para a tradução envolvendo línguas de sinais. O segundo objetivo consiste em compreender o papel da tradução de/para/entre línguas de sinais em contextos de serviços públicos, ampliando as discussões e as demandas dentro do campo da interpretação comunitária. Ainda sobre este objetivo, buscamos dialogar sobre as poucas iniciativas com relação aos tradutores nos espaços jurídicos, a complexidade em trabalhar com os textos legais e o impacto destes textos no público-alvo.

O terceiro objetivo busca apontar as decisões tradutórias e metodológicas realizadas pelo tradutor no processo da tradução comentada, colocando em evidência as estratégias que foram usadas a partir da tradução do *corpus*, comentando-as de forma descritiva. O quarto, e último objetivo, é apresentar a tradução comentada da cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias” do MPCE, com as devidas considerações e adaptações feitas para o público surdo.

A justificativa para trabalhar com essa temática surgiu da minha inquietude em relação a este tema, devido ao crescente aumento de casos registrados perante aos órgãos responsáveis nos últimos anos e pela escassez de informações traduzidas para Língua Brasileira de Sinais (Libras), de modo que a tradução de um material como esse se faz necessário à medida em que temos um público que também está exposto a este tipo de transgressão e que muitas vezes não possuem o acesso a este tipo de informação traduzida para sua língua.

Assim como, mostrar a importância do tradutor de língua de sinais atuando na área jurídica, que comparado a outros contextos de atuação desse profissional como na esfera educacional e na saúde, é insuficiente a quantidade de produções traduzidas. Dessa forma, é necessário trazer reflexões acerca das possibilidades de atuação em outros contextos além dos que já são conhecidos. Uma vez que, o público que consome os textos traduzidos para as línguas de sinais o necessita para diversos momentos de suas vidas, não somente em contextos específicos, mas a todo momento em que surge a necessidade de acesso a determinada informação e quando ela não está disponível em sua língua, esse público fica desamparado.

Trabalhar com um texto técnico/especializado que não possui a mesma veiculação que um texto literário ou acadêmico em língua de sinais é expandir os horizontes para os tradutores que poderão, por venturar se aventurar por esses caminhos, de modo que possibilitará uma visibilidade maior para essa temática. Por meio da tradução comentada será possível construir análises do texto fonte e do contexto em que foi escrito e como será feito o passo a passo da tradução, elencando os problemas de tradução as tomadas de decisão, além das discussões sobre a tarefa do traduzir.

Com relação ao *corpus* do trabalho, em razão de ser um texto de gênero informativo e de cunho legal, bem como o fato de não ter localizado alguma tradução específica desses recortes que trago no projeto para a Libras, abrem espaço para futuras pesquisas e se torne relevante à medida que o produto dessa tradução consiga alcançar o público surdo adulto que por meio do acesso à informação traduzida, possa proteger e amparar as crianças surdas vítimas de violência sexual. A facilitação do acesso deste material por parte desse público é uma forma de garantia de direitos fundamentais, assim como o fortalecimento de ações que visam a proteção integral de crianças e adolescentes surdos.

No Brasil ao menos 32 mil casos de abuso de crianças e adolescentes foram notificados no ano de 2018³, maior índice já registrado pelo Ministério da Saúde. Ainda de acordo com o Ministério, cerca de 73% dos casos acontecem na casa da própria vítima ou do suspeito e é cometido por pai ou padrasto em 40% das denúncias. Segundo dados do Fórum de Segurança Pública, entre os anos de 2017 e 2018, a estimativa é que 4 meninas de até 13 anos são abusadas sexualmente por hora, um dado alarmante e que exige um trabalho envolvendo a família, o estado e a sociedade.

Com o surgimento da Lei Federal 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Brasil tornou-se pioneiro na construção de uma legislação que versa sobre a proteção integral da criança e do adolescente em situação de risco. O ECA é uma das maiores conquistas da década de 90, fruto de muitos anos de mobilização dos diversos setores sociais, governamentais, não-governamentais e categorias profissionais, assegurando as crianças e adolescentes o direito de serem vistos e respeitados como cidadãos com direitos pessoais e sociais garantidos (BRAUN, 2002).

³Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-brasil-a-cada-hora/>. Acesso em: 20 out. 2021.

No seu art. 40 da Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que as vítimas de violência sexual têm direito à proteção especial do Estado para impedir ou reparar o dano causado (BRASIL, 1990). A proteção especial do Estado às vítimas de violência sexual deve ser sempre considerada de forma sistêmica, de modo que as medidas de proteção visem à recuperação e à inclusão social, às quais se soma a proteção à identidade das vítimas.

Suzana Braun (2002) afirma que em várias culturas e em todas as classes sociais a infância é tida como alvo constante da violência que se apresenta de diversas formas como: psicológica, sexual, física, negligência, ausência de escola, de moradia e de assistência à saúde. Sujeitando crianças e adolescentes a situações abusivas de poder e coerção levando-as a maus tratos. As consequências da violência contra crianças e adolescentes são desastrosas e podem ecoar em todas as esferas da sociedade, com agravo significativo a saúde das mesmas (MARTINS *et al.*, 2007).

Em se tratando de crianças surdas, a situação ainda é mais delicada, pois o acesso as informações sobre segurança e abuso são limitadas pela barreira linguística que as coloca em desvantagem, conseqüentemente um número maior de crianças surdas é colocada em situações potencialmente abusivas quando comparado ao seu grupo de pares não surdos (RIDGEWAY, 1993). Isso ocorre por causa da vulnerabilidade, que tem raiz na invisibilidade por parte da sociedade e a condição de deficiência que oferece segurança ao agressor, porque ele reconhece que o risco da descoberta e a denúncia são raros (FERREIRA, 2008).

Por sua vez, muitas delas não discutem o abuso sexual⁴ e de acordo com a autora Suzanne Sgroi (1982) em seu manual clínico de intervenção em crianças abusadas sexualmente, há diversas razões como: o medo a rejeição, a punição, a perda do amor dos pais, o medo de retaliação, dentre outros. Aqueles que são responsáveis por tais atos fomentam o medo em suas vítimas, ameaçando-as, e tornando-as vulneráveis.

A criança surda que resolve denunciar o abuso enfrenta ainda outro problema, muitas vezes seus pais, professores ou outra pessoa responsável não conhecem sinais suficientes em

⁴ A noção de abuso sexual infantil, muitas vezes, está relacionada aos referenciais médicos, como sintomas físicos e psicológicos apresentados, danos corporais e violência. Portanto, para identificá-lo os profissionais do Direito buscam tais referências nas perícias médica e psicológica, o que nem sempre podem encontrar, já que as abordagens sexuais são variadas, muitas vezes não deixam vestígios e não se restringem à relação sexual. Na linguagem jurídica os toques ou carícias sexuais são classificados como atos libidinosos e o ato sexual como conjunção carnal, sendo necessária a denúncia formal e a categorização das ações exercidas contra a vítima. Neste contexto é possível refletir sobre a complexidade que envolve o abuso sexual no meio jurídico e a busca da familiaridade de conceitos e ideias para a tomada de decisões judiciais. (ELOY, 2010, p. 71).

língua de sinais para entender quando há uma tentativa clara de denúncia de abuso sexual. Quando isso ocorre, a criança surda sente-se desamparada e sem nenhum lugar onde possa obter ajuda, e isso pode acabar criando diversos traumas.

Dessa forma, tornar acessível o conteúdo que aborda sobre essas questões é de fundamental importância para o asseguramento dos direitos dessa parcela da população que é prejudicada pela falta de informações em sua língua, bem como reconhecer a relevância do papel do tradutor de língua de sinais na tradução de textos técnicos/especializados. E finalmente, o trabalho, tanto por seu caráter prático como de relevância social, contribuirá para os estudos da tradução em Língua Brasileira de Sinais que vem crescendo cada vez mais nas universidades brasileiras.

A presente pesquisa está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentado a introdução da pesquisa, assim como a contextualização, a reflexão sobre o tema e as principais etapas metodológicas adotadas no trabalho. No capítulo 2, apresenta-se a revisão teórica, a qual adentra as reflexões sobre a tradução numa perspectiva não literária, com enfoque na atuação em espaços públicos, que abrange diversas nuances do fazer tradutório. Ainda nesse capítulo, discorre-se sobre a tradução e interpretação em espaços públicos, o papel do tradutor intérprete nesse contexto de atuação, além de reflexões acerca dos direitos linguísticos dos surdos.

No capítulo 3, apresenta-se a construção do projeto de tradução e as principais discussões metodológicas. Explica-se os procedimentos do processo de uma tradução comentada com base na teoria funcionalista de Nord. No capítulo 4, apresenta-se de forma inicial os resultados, sendo um deles, a tradução realizada e os destaques emergentes durante o processo tradutório. Por fim, nas considerações finais retomamos os principais pontos elencados na introdução, especialmente, um diálogo com as perguntas de pesquisa e com os objetivos elencados neste trabalho.

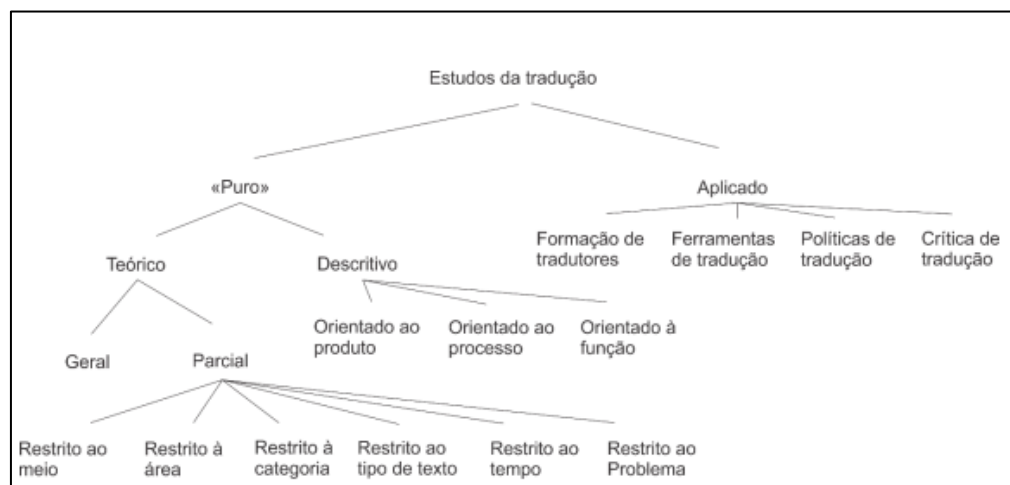
2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo, iremos apresentar a revisão teórica da pesquisa. Discutiremos sobre a localização desta tradução dentro do campo disciplinar dos Estudos da Tradução e os possíveis desdobramentos e expansões. Além de expor os conceitos gerais sobre a tradução técnica e tradução jurídica, trazer discussões acerca do papel do tradutor de textos jurídicos e sua relevância social. Bem como, contemplar o gênero textual do material traduzido e as problemáticas quanto ao público-alvo durante o processo tradutório.

Embora a atividade tradutória advir dos tempos antigos, sua constituição como campo disciplinar surgiu com a apresentação do artigo *The name and nature of Translation Studies* por James S. Holmes em 1972 no 3º Congresso Internacional de Linguística Aplicada, em Copenhague, com o intuito de trazer discussões acerca dos problemas de tradução relacionados ao produto e ao processo. Tal disciplina de caráter empírico objetivaria “descrever fenômenos particulares do mundo de nossa experiência e estabelecer princípios gerais por meio dos quais esses fenômenos possam ser explicados e previstos” (HOLMES, 1988, p. 176).

Holmes estruturou o arcabouço da disciplina dos Estudos da Tradução em duas vertentes, a saber, o dos estudos da tradução ditos “puros” e o dos estudos da tradução “aplicados”, que dão segmento a novas subdivisões que estabelecem relações entre si. De modo que esta organização estrutural serve de base para as organizações das atividades acadêmicas em tradução, uma vez que é possível abarcar diferentes campos de pesquisa dentro do campo disciplinar dos estudos da tradução.

Figura 1 - Mapa de Holmes

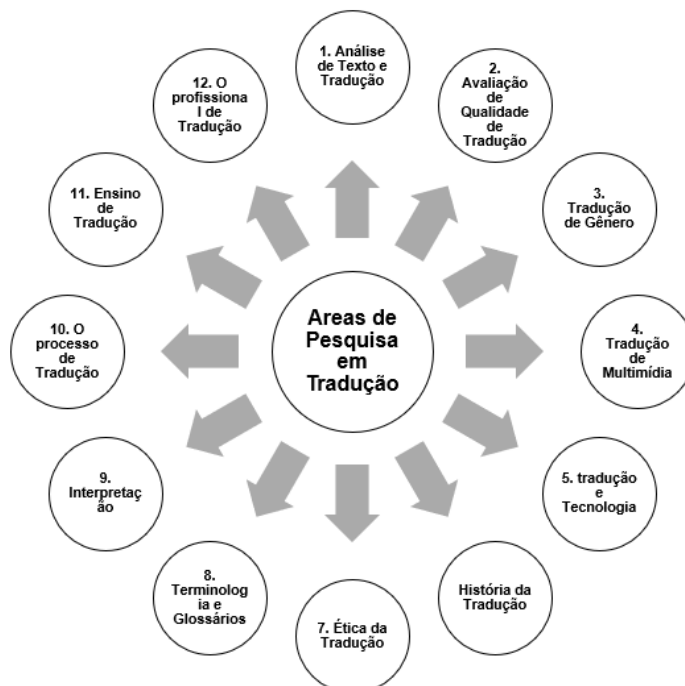


Fonte: Toury (1995, p. 10).

Quando tratamos de estudos “puros”, proposto por Holmes (1988), nos arremetemos a parte teórica e descritiva do mapa, os estudos aplicados, por sua vez, encarregam-se da parte prática. Em se tratando da localização desta pesquisa, seguindo o mapa de Holmes, situa-se no ramo puro/descritivo dos Estudos da Tradução, de modo que a parte descritiva encontra-se sistematicamente mais próxima dos fenômenos empíricos, o conceito por trás dos estudos descritivos (*Descriptive Translation Studies/DTS*) envolve a descrição da atividade tradutória e do produto desta tradução, conforme elas se manifestam, uma vez que os DTS levam em consideração o texto completo apresentado ou entendido como tradução pela cultura de chegada.

Neste modelo, os DTS podem ser subdivididos em três tipos, em função do objetivo: 1) produto, descrição do texto; 2) processo, o ato tradutório; 3) função, recepção das traduções no âmbito socio-cultural. Ainda que o mapa de Holmes não inclua uma área ou subárea denominada de Tradução Comentada mais especificamente, é possível classificá-la de acordo com as características desse tipo de tradução. Contudo, tempos depois novos mapeamentos foram surgindo, assim como possibilidades que outrora não haviam sido mencionadas por Holmes em seu modelo, como podemos ver no mapa de Williams e Chesterman (2002), que apresenta doze áreas principais, divididas em trinta e oito subáreas, enquanto o mapeamento feito por Holmes possuía três áreas principais e treze subáreas.

Figura 2 - Mapa de Williams e Chesterman (2002)



Fonte: adaptado de Williams e Chesterman (2002).

Nesse modelo, a pesquisa se encaixaria em mais de uma área, tendo em vista que o caráter literário da tradução comentada dependerá do objeto a ser traduzido e do autor, por este caminho podemos localizar esta pesquisa na área 3. Tradução de Gênero, de modo que a própria tradução comentada é um tipo de gênero, além do gênero do texto a ser traduzido que posteriormente será comentado. Tanto o mapa de Holmes (1988) como o de Williams e Chesterman (2002), são referências para a investigação do fenômeno dos estudos da tradução com suas formas mais variadas e complexas.

Atualmente, novos desdobramentos estão surgindo e isso nos mostra o desenvolvimento do campo disciplinar para além das áreas tradicionais de pesquisa em tradução, como a lista publicada pela editora que é referência em publicações científicas na área dos Estudos da Tradução, a *St. Jerome Publishing*, que mostra de forma atualizada as áreas que emergiram nesses últimos anos, como abordado por Vasconcellos (2008):

1. Tradução Multimídia e Audiovisual
2. Tradução Religiosa e Bíblica
3. Bibliografias
4. Interpretação para a Comunidade/ Interpretação de Diálogo/ Interpretação para Serviço Público
5. Interpretação Simultânea e de Conferência 6. Estudos Comparativos e Contrastivos 7. Estudos Baseados em Corpus
8. Interpretação Legal e Jurídica
9. Avaliação /Qualidade /Avaliação /Testes
10. História da Tradução e Interpretação
11. Estudos Inter-Culturais
12. Estudos de Interpretação
13. Tradução Literária
14. Tradução (auxiliada) por Computador
15. Trabalhos de Múltiplas Categorias
16. Estudos Orientados ao Processo
17. Metodologia de Pesquisa
18. Interpretação de Línguas Sinalizadas
19. Tradução Técnica e Especializada
20. Terminologia e Lexicografia
21. Gênero e Tradução
22. Tradução e Ensino de Línguas

23. Tradução e Política
24. Tradução e a Indústria da Língua
25. Políticas de Tradução
26. Teoria de Tradução
27. Formação de Tradutor e Intérprete

Conforme a lista da *St. Jerome Publishing*, podemos observar a expansão da área e sua trajetória, bem como a inclusão e desenvolvimento da interpretação a partir do mapeamento feito por Williams e Chesterman (2002), de modo que quanto mais pesquisas emergirem, outras áreas passarão a surgir, havendo a necessidade de modelos teóricos e metodológicos que englobe o fenômeno da tradução e sua pluralidade.

2.1 Tradução e interpretação em serviços públicos

Ao longo dos anos a comunidade surda vem assumindo o protagonismo de sua história a medida em que os surdos adentram as diversas instancias sociais e conquistam espaços que outrora pareciam inacessíveis, fica evidente a necessidade de profissionais que atuem de forma a promover ainda mais essa expansão através de práticas tradutórias e interpretativas das línguas de sinais e línguas orais. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira Sinais – Libras / Português (TILSP) é o profissional que de maneira geral aproxima culturalmente e linguisticamente povos distintos, estabelecendo relações socioafetivas e profissionais.

Diante disso, o Decreto 5.626/2005 estabelece o direito das pessoas surdas ou com deficiência auditiva aos serviços públicos de educação e saúde por meio, por exemplo, de profissionais capacitados para o uso de Libras ou de profissionais aptos à tradução e interpretação. Entretanto, não menciona outros contextos de serviços públicos, tais como os jurídicos (RODRIGUES; SANTOS, 2017).

Na legislação vigente acerca da acessibilidade de pessoas surdas usuárias de Libras, o TILSP surge como um agente de extrema importância para a inclusão desses sujeitos, além de que é possível observar um avanço nas questões legais a respeito de seu papel frente a inclusão de surdos, da terminologia referente a sua identidade profissional e formação. (NASCIMENTO, 2012). A Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida fala no artigo 17 do capítulo VII da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização.

O Poder Público promoverá **a eliminação de barreiras na comunicação** e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2000, on-line).

“Eliminar” no seu termo amplo significa, afastar, excluir, fazer desaparecer. Nesse sentido, o Poder Público deve garantir o pleno acesso à informação nas mais diversas instâncias sociais, trabalhando para que a inclusão do surdo ocorra de maneira efetiva, eliminando qualquer barreira na comunicação. A lei supracitada abre margem não apenas para a atuação do intérprete de Libras, mas também do tradutor, uma vez que o sujeito surdo necessita não tão somente da mediação em diálogos orais, mas de documentos técnicos traduzidos para a sua língua, porém é importante frisar que a lei da acessibilidade não regulamenta a profissão do TILSP, mas menciona em seu artigo 18, a necessidade da formação desse profissional que permitirá o acesso do sujeito surdo a informação:

O poder público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000, on-line).

Percebe-se também neste recorte a menção sobre um intérprete para o Braille, um equívoco conceitual, pois o método Braille é um sistema de código universal de leitura tátil e não uma língua como as línguas de sinais, ou seja, não estão no mesmo patamar linguístico, além de que a tarefa mencionada não seria propriamente realizada por um intérprete e sim por um tradutor que trabalharia na transposição dos sistemas de signos, a lei não leva em consideração todo o universo existente na tarefa tradutória e interpretativa.

Porém, mesmo excluindo elementos relevantes a profissão dos TILSP, a lei de acessibilidade determina que haja a formação para esse profissional que atuará diretamente com os surdos e os ouvintes. O reconhecimento veio anos mais tarde através da Lei nº 12.319 de 1 de setembro de 2010, que reconhece e regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, surgiu também para reforçar ainda mais a garantia dos direitos dos surdos, assim como as demais pessoas com deficiência. Ao se referir aos profissionais tradutores e intérpretes de Libras, a Lei em questão aborda sobre questões de formação, atuação e capacitação, ampliando e garantindo ainda mais a acessibilidade por parte dos surdos e dando incumbência ao poder público o cuidado com essas questões.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência)

Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.

Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, on-line).

Tradicionalmente a interpretação tem sido considerada como um ramo dos Estudos da Tradução, diversos autores produziram múltiplas definições de tradução como o processo de conversão de uma língua para outra, seja na modalidade escrita ou falada. Rabin (1958) por sua vez traz uma definição sucinta sobre o processo que envolve a reprodução do significado de uma mensagem que era originalmente entregue em outra língua.

Conforme o autor “a tradução é um processo pelo qual uma expressão oral ou escrita tem lugar em uma língua que se pretende e se presume transmitir o mesmo significado que um enunciado anteriormente existente noutra língua” (RABIN, 1958, p. 123). A definição de Rabin (1958) presume que a tradução tem a intenção de transmitir exatamente o mesmo significado presente na afirmação original, de certa forma, para alguns prevalece o conceito de que o texto traduzido é fiel ao produzido pelo autor do texto. House (1997) por sua vez trilha outro caminho ao afirmar que a tradução busca alcançar uma equivalência pragmática à custa da semântica.

Na tradução, é sempre necessário visar a equivalência de significado pragmático, se necessário à custa da equivalência semântica. O significado pragmático sobrepõe-se assim ao significado semântico. Podemos, portanto, considerar que uma tradução é principalmente uma reconstrução pragmática do seu texto fonte. (HOUSE, 1977, p. 28).

Pöchhacker (2004) evidencia o produto e o processo da tradução oral denominada de interpretação, ele aponta que a interpretação envolve um processo de tradução de um enunciado na língua fonte que é ouvido apenas uma vez e produzido posteriormente na língua alvo e que não pode ser alterado após ter sido gerado. Na definição do autor “a interpretação é uma forma de tradução na qual uma primeira e última versão em outro idioma é produzida com base em

uma apresentação única de um enunciado em um idioma de origem”. (PÖCHHACKER, 2004, p. 11).

Apesar da tradução e interpretação possuírem semelhanças, existem inúmeras diferenças entre elas, a mais comum é expressa através do texto escrito (Tradução) e a outra no texto falado (Interpretação), dessa forma o processo tradutório inclui uma série de passos que não estão visíveis ao intérprete. Outra diferença se dá pelo acesso ao texto completo com antecedência no qual poderá lê-lo, analisá-lo, fazer consultas em outras fontes, trocar informações com especialistas, ou seja, uma gama de possibilidades para poder realizar o seu trabalho.

O tradutor tem acesso a numerosos recursos tecnológicos que o auxiliam durante a tarefa tradutória, os intérpretes, por outro lado, precisam lidar com o texto oral, uma vez que este lhe é apresentado, sem a oportunidade de consulta prévia a referências, trabalhos de interpretação anteriores ou mesmo corrigir e editar o seu produto, de modo que o intérprete dependerá de sua memória, competência linguística e por vezes do material disponível antes do trabalho (HALE, 2007).

Com a crescente demanda por estes profissionais em espaços que vão além do contexto de conferência, vemos surgir uma outra modalidade de atuação que possui um caráter mais ligado a vida cotidiana do surdo, onde geralmente acontecem em ambientes cujo as discussões são mais íntimas e significativas ao indivíduo, tais como, um escritório de assistência social ou advocacia, uma delegacia de polícia ou até mesmo em um tribunal. É mais fácil nos depararmos com a atuação do intérprete nesse contexto, inclusive o uso do termo interpretação comunitária é utilizado para definir esse tipo de serviço que para Origuela (2014).

[...] caracteriza-se por qualquer tipo de interpretação dirigida a um cliente e um prestador de serviços dentro de contexto hospitalar, forense, judiciário e similares. Serve àqueles que vêm de outros países, imigrantes ou os que buscam asilo político como refugiados, a se comunicarem e acessarem os serviços educacionais, judiciários e médicos daquele país em que residem agora, mas não sendo fluentes na língua, necessitam da ajuda de um intérprete. (ORIGUELA, 2014, p. 226).

A tradução e interpretação no contexto comunitário permite que indivíduos ou comunidades que não falam a língua do país possam vir a ter acesso a prestação de serviços fornecidos pelo governo e dentre outros. O contexto comunitário, sem dúvidas possui uma importância muito grande na vida daqueles que dependem dos TILSP, pois a ausência desse tipo de serviço acarretaria na incapacidade de comunicação dessas pessoas para com o meio.

De acordo com Todorova (2020, p. 153) a atuação do intérprete vai além da mediação linguística quando este está inserido no contexto comunitário, principalmente no que tange a situações vulneráveis, quando envolve contexto de refugiados, visto que ele assume o papel de

defensor dos direitos desses indivíduos que estão em situações de extrema vulnerabilidade. A presença do intérprete é essencial para a garantia dos direitos linguísticos, uma vez que a falta da proficiência na língua não deveria significar impedimento no acesso a cidadania no país de acolhimento. O acesso a esses serviços é uma forma pelo qual o direito a língua, como direito humano possa ser exercido e respeitado.

Mesmo não sendo tão popularmente conhecida como no contexto de conferência, a atuação do intérprete comunitário possui implicações ainda maiores do que o intérprete de conferência. Hale (2007) afirma que o erro cometido pelo intérprete de conferência durante sua atuação é passível de correção, o que não ocorre com o intérprete comunitário, uma vez que a tonalidade da sua voz e seus desdobramentos são peças importantes da mensagem, qualquer erro cometido impactara diretamente no bem-estar geral e social dos interlocutores.

Outros aspectos inerentes a interpretação comunitária envolve as expectativas criadas por parte dos participantes da mediação e de certa forma, tais expectativas exigem habilidades requeridas pelo intérprete, pois esse contexto envolve na maioria das vezes assuntos muito particulares do indivíduo. De acordo Hale (2007), para atuar nesse contexto os profissionais devem respeitar o código de ética, adquirir conhecimentos e habilidades linguísticos, interpretativas e comunicacionais que são necessárias para o conhecimento das situações em que atuarão.

Todavia, é válido lembrar que as situações em que a interpretação comunitária ocorre não somente para os refugiados, mas com os surdos pertencentes as comunidades surdas brasileiras, envolvem situações sensíveis e em alguns casos traumáticas, de modo que o intérprete deve ter ciência durante sua atuação. Prezando sempre pela ética e confidencialidade, pois a ausência destes podem gerar prejuízos por vezes irreparáveis.

É importante ressaltar que o trabalho no contexto comunitário abre espaço também para a atuação do tradutor, isso se deve ao fato de que existem materiais, documentos, dentre outros arquivos que circulam em ambientes públicos que são destinados ao público em geral e que podem e precisam estar acessíveis em outras línguas (RODRIGUES; SANTOS, 2018).

Nos últimos anos, a tradução no âmbito profissional passou por grandes mudanças, com o desenvolvimento das relações internacionais e a busca por especialização nas áreas de conhecimento, resultou na crescente demanda por traduções mais específicas que fogem do cunho literário, abrindo novas possibilidades para o desenvolvimento de trabalhos na área de tradução especializada, que vem crescendo conforme o avanço da área.

A tradução especializada (TE), outrora denominada de Tradução Técnica e Tradução Técnico-Científica, surge em contraponto a Tradução Literária, principalmente para abranger

as áreas do conhecimento que acabaram ficando de lado por não possuírem classificação como textos de origem técnica ou científica. De modo que o termo TE passou a englobar os mais variados campos de conhecimento, tais como as traduções de textos técnicos, científicos, acadêmicos, de Ciências Humanas e Sociais, jurídicos, empresariais e institucionais (CAVACO-CRUZ, 2012).

. A tradução especializada difere em muitos aspectos da tradução literária, especialmente no tocante a sua missão social e clarificadora que transpassa a lealdade para com o texto de partida, uma vez que o tradutor TE possui uma missão didático social com os consumidores de sua tradução, de modo que a preocupação com a correção, com a qualidade e com a excelência técnica seja fundamental, por isso o trabalho do tradutor TE precisa ser exemplar (CAVACO-CRUZ, 2012).

O autor também chama a atenção para a função social da TE, pois é através das traduções desses textos que muita gente aprenderá a operar maquinários, objetos do dia a dia, ferramentas de trabalho, obter orientações legais e caso forem mal instruídos, poderiam sair com prejuízos incalculáveis. Nesse contexto, o tradutor deve estar ciente dos problemas de inteligibilidade que o documento original pode conter e discuti-los com seu gerente de projeto ou com seu cliente, caso seja o autor do documento em questão. Em qualquer caso, o tradutor tem um dever ético para com o usuário final de seus textos, devendo demonstrar total honestidade para com ele (CAVACO-CRUZ, 2012, p. 139).

A tradução existe, nos dias de hoje, e em especial a tradução técnica, para servir o mercado empresarial e institucional em qualquer parte do mundo. Não tenhamos, portanto, quaisquer dúvidas: só existe tradução técnica e científica, jurídica, económica — em suma, não literária — porque as empresas e as instituições — que, de uma maneira ou de outra, fazem parte do tecido económico — necessitam dela. Poderíamos mesmo dizer que há — ou deveria haver — aqui uma simbiose perfeita entre tradutores e empresas ou instituições (CAVACO-CRUZ, 2012 p. 122).

O público que consome o material da TE o necessita constantemente, pois diferentemente dos textos literários, os documentos legais, os manuais, dentre muitos outros documentos passam por atualizações que interferem de forma direta ou indireta na ação do consumidor. A grande problemática encontra-se na centralização da maior parte do trabalho a um único profissional, o tradutor, que por sua vez fica limitado a certas situações que requerem maior especialização e a presença de outros profissionais, como listado por Cavaco-Cruz (2012):

- Traduzir e adaptar ao mercado-alvo todos a documentação legal da empresa — tradução jurídica — fazendo recurso de tradutores especializados e consultores jurídicos.

- Traduzir e adaptar todo o sítio Web através de localização, design gráfico e edição eletrônica (DTP) — tradução técnica e localização — o que inclui a contratação de programadores para alteração de código, artistas gráficos e tradutores.
- Traduzir e adaptar todos os materiais clínicos, científicos e farmacêuticos ao mercado-alvo — tradução técnica e científica — utilizando consultoria clínica e farmacêutica nesse mercado.

A tradução e a interpretação desempenham um importante papel no que tange a grupos linguisticamente vulneráveis (SANTOS; POLTRONIERI-GESSNER, 2019). Segundo as autoras, do ponto de vista linguístico não somente os imigrantes e os refugiados, mas as comunidades indígenas, as comunidades surdas brasileiras e as demais comunidades étnico-locais possuem dificuldades no que se refere ao acesso à justiça. Tal demanda justifica a necessidade de pesquisas que possam vir a investigar a emergência, a implementação e a qualidade dos serviços de tradução e interpretação.

Mesmo com a garantia por parte das legislações vigentes quanto ao direito aos serviços de tradução e interpretação em contextos comunitários, alguns aspectos surgem de modo a prejudicar o acesso a essas demandas.

A questão não é tão simples quanto parece, visto não bastar somente o uso da norma propriamente dita, se esta não estiver conectada com as diferentes realidades sociais, econômicas, políticas e culturais enfrentadas pela população que não fala a língua do país onde vive. Desse modo, é mais do que falar em acolhimento linguístico dentro das estruturas do Judiciário, pois há necessidade de se implementar políticas linguísticas mais amplas. Essas políticas linguísticas dentro do âmbito jurídico devem levar em consideração as demandas das diferentes comunidades surdas, dos indígenas, dos refugiados e dos imigrantes. Vale ainda lembrar que somente a aplicação da lei em si com relação aos serviços de tradução e de interpretação não é suficiente, pois fazem-se necessárias a revisão das legislações e as mudanças de concepção do Judiciário sobre o que é língua e como seus falantes podem estar melhor respaldados ou não nas reivindicações que realizam junto às instâncias jurídicas (SANTOS; POLTRONIERI-GESSNER, 2019 p. 71).

Dessa forma, é importante compreender a pluralidade cultural presente em nossa sociedade para que se possa promover de fato a acessibilidade linguística mediante o acesso à justiça. Reconhecer a diversidade do sujeito e suas múltiplas identidades é o caminho para a garantia de direitos e liberdade de expressão de uma sociedade pluricultural como a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a tradução e a interpretação são fundamentais para que haja a possibilidade de garantia dos direitos por parte dos grupos vulneráveis, uma vez que a mediação da comunicação é a ponte que liga o indivíduo ao acesso à justiça. Assim como o intérprete, o tradutor também possui lugar na atuação em contextos de serviços públicos, mesmo que seja escassa as pesquisas que coloquem o tradutor em contextos de atuação comunitária. É um fato,

a inexistência do termo tradutor comunitário nos bancos de pesquisas, ainda que a demanda pelos serviços de tradução nos espaços educacionais, jurídicos e de saúde seja grande. Mesmo que a pesquisa não seja efetivamente realizada, tal temática é uma possibilidade de se ampliar o acesso dos surdos aos conhecimentos e informações veiculadas, bem como, a própria expansão do mercado para profissionais da tradução.

A pesquisa conduzida para esta dissertação, cujo produto é a tradução de uma cartilha produzida por um órgão jurídico e que as informações contidas são de grande relevância para o público surdo em especial as crianças, que são a quem se destina as informações da cartilha, vai além do simplesmente facilitar o acesso, mas também de propiciar a garantia dos direitos linguísticos. De modo a favorecer e intensificar a constituição de um novo olhar capaz de fomentar a consolidação de políticas linguísticas que contemplem o uso de suas línguas no âmbito jurídico por meio da tradução e da interpretação (RODRIGUES; SANTOS, 2018).

Os direitos linguísticos são uma dimensão dos direitos das minorias, que por sua vez fazem parte do complexo geral dos direitos humanos que evoluiu nas últimas décadas na tentativa de proteger indivíduos e grupos contra tratamentos arbitrários, injustos ou degradantes (PHILLIPSON; SKUTNABB-KANGAS, 1995). Os surdos reivindicam seus direitos humanos linguísticos ao preconizar o reconhecimento e o respeito à língua de sinais como um elemento central à sua afirmação e visibilidade social, cultural, política e acadêmica. (RODRIGUES; BEER, 2016).

A língua se torna um dos principais fatores que favorecem a disseminação da cultura e identidade de um povo, dessa forma a elaboração de políticas linguísticas voltadas para a comunidade surda contribuem não somente para o enriquecimento cultural do país, mas também para a melhora da qualidade de vida, do bem-estar social e cidadania. É importante que os direitos das comunidades surdas e dos usuários de língua de sinais sejam contemplados, como cita Phillipson e Skutnabb-Kangas (1995) em uma declaração alega:

A) todos podem

1. identificar-se com sua(s) língua(s) materna(s) e ter essa identificação aceita e respeitada pelos demais;
2. aprender a(s) língua(s) materna(s) integralmente, oralmente e por escrito (o que pressupõe que as minorias sejam educadas por meio da(s) sua(s) língua(s) materna(s);
3. usar a língua materna na maioria das situações oficiais (incluindo escolas).

B) todas as pessoas cuja língua materna não seja uma língua oficial do país onde se encontra residente, pode tornar-se bilíngue (ou trilíngue, se tiver 2 línguas maternas) na(s) língua(s) materna(s) e (uma das) língua(s) oficial(is) (de acordo com a sua escolha).

C) qualquer mudança de língua materna é voluntária, não imposta.

Nesse sentido, entendemos que a elaboração de políticas voltadas aos surdos precisa tomar como base os direitos humanos linguísticos, reconhecendo e priorizando a dignidade humana (RODRIGUES; BEER, 2016). A comunidade surda compartilha as experiências por meio das línguas de sinais e dispor de materiais que atendam às suas necessidades em sua língua também é um direito linguístico, pois a privação linguística pode impedir que o surdo usufrua dos direitos fundamentais e é por meio da língua que se manifesta o direito, seja de forma oral ou escrita, se apresenta conforme as necessidades de cada sociedade.

A tradução da cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias”, é uma forma de mostrar para o poder público que uma parcela da população necessita dessas informações disponíveis em Libras. Dessa forma, a escolha do material a ser traduzido nesta pesquisa já se configura como uma posição política de enfrentamento às desigualdades linguísticas, considerando que o material traduzido poderá ficar disponível para uso das comunidades surdas. A cartilha objetiva esclarecer questões relacionadas ao abuso infantil, tais como conceitos, de que forma pode ocorrer, quem são os envolvidos e como atuar de maneira preventiva, identificando sinais de alerta.

O documento foi elaborado pelo promotor de Justiça Jucelino Oliveira Soares e pelo técnico ministerial Francisco de Moraes Alencar Filho, com a colaboração do Caopije e da psicóloga do Caopije Rebeka Araújo⁵. Contudo, o acesso ao material se dá apenas em língua portuguesa, de modo que os surdos, em especial as crianças surdas que se comunicam por meio da Libras ficam excluídas, por isso a importância da tradução desse tipo de texto por meio do profissional tradutor, mais especificamente daquele que possui conhecimento na área jurídica e dos contextos culturais das línguas envolvidas, de forma a realizar as melhores escolhas e transmitir de forma satisfatória as peculiaridades do texto fonte para o texto alvo.

As ações a respeito do combate à violência infantil são de interesse do ministério público que exerce o papel de defender os interesses individuais e indisponíveis de crianças e adolescentes, sendo um agente fundamental na criação de políticas públicas, tanto no desenvolvimento da articulação da rede local como na monitoria e garantia da efetiva continuidade na rede de proteção.

⁵Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2020/12/07/mpce-sensibiliza-a-sociedade-para-prevenir-e-combater-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Quadro 1 - Ministérios Públicos do Nordeste com materiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

ORGÃOS/UF	MATERIAIS SOBRE VIOLENCIA INFANTIL	TIPO DE MATERIAL	ANO	TRADUÇÕES PARA A LIBRAS
MPAL	Fitinhas da Proteção	Projeto	2021	Não disponibilizado em Libras.
MPBA	Campanhas, Documentos, Cartilhas.		-	Não disponibilizado em Libras.
MPCE	Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias	Cartilha	2020	Não disponibilizado em Libras.
MPMA	Projeto institucional família acolhedora	Projeto	2021	Não disponibilizado em Libras.
MPPB	-	-	-	-
MPPE	Parou Aqui – Abuso sexual de criança e adolescente: vamos dar um basta nisso!	Cartilha		Não disponibilizado em Libras.
MPPI	Compartilhando o compromisso em rede	Cartilha		Não disponibilizado em Libras.
MPRN	-	-		-
MPSE	Projeto Salve Projeto Viravida Projeto Proteção Integral	Projeto		Não disponibilizado em Libras

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse sentido, qualquer material produzido por qualquer outro órgão público que posteriormente fora veiculado nos sítios, ou outro meio de comunicação deveria constar a tradução para Libras a fim de inserir também esse público. A tabela mostra que os manuais e projetos que foram disponibilizados em seus sítios não apresenta uma versão para Libras.

É importante ressaltar que os dados mencionados na tabela 1 foram pesquisados nas páginas de cada ministério público da região nordeste e que alguns sítios não possuíam informações claras a respeito de projetos ou mesmo materiais de apoio que tratam sobre violência infantil, algumas páginas disponibilizam cartilhas e manuais de outras instâncias governamentais, ONGs, dentre outros que abordam a temática, porém para essa tabela, mencionamos apenas os materiais e projetos pertencentes ao próprio órgão selecionado. Apesar disso, não foi localizado alguma tradução para a Libras nas páginas pesquisadas, o que configura um problema, pois a informação não alcançará a todos de maneira efetiva, excluindo as crianças e adolescentes surdos que também se beneficiariam com essas informações.

Ao pesquisarmos sobre a existência de materiais traduzidos para a Libras que contemplem a temática abordada ou mesmo faça alguma referência a violência infantil, encontramos um vídeo que merecia uma visibilidade maior, pois se trata da tradução do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em Libras.

Figura 3 - ECA em Libras



Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021)

Além do vídeo do ECA em Libras, que foi produzido pelo governo federal, outros trabalhos também foram localizados, porém vale destacar que são de iniciativas particulares dos próprios autores do vídeo, seja de empresas que promovem esse debate, canais literários, tradutores em formação, acadêmicos, iniciativas privadas, dentre outros. Materiais de origem do poder público traduzidos para Libras ainda são poucos e possuem uma baixa divulgação.

De fato, a tradução de materiais de origem jurídica ainda é um desafio, não apenas pelo fato de o sistema judiciário ainda não estar preparado o suficiente para as demandas de línguas de sinais, sejam elas de cunho tradutório ou interpretativo (SANTOS, 2016, p. 122), mas também devido ao baixo número de profissionais aptos a atuarem nesse contexto que possui uma certa exigência em conhecimento linguístico e jurídico.

A tradução de textos jurídicos implica uma grande responsabilidade para o tradutor. Qualquer erro ou interpretação equivocada pode acarretar graves consequências e até difíceis de serem mensuradas. Por isso, os tradutores jurídicos devem desenvolver não apenas a competência linguística, mas também terminológica, cultural, temática, textual, estilística, entre outras, para produzir textos aceitáveis na língua de chegada. (TUFAILE, 2018, p. 22).

A linguagem jurídica, por vezes, intimida os tradutores e intérpretes que estão adentrando a esse contexto, pois possui peculiaridades que vão além do vocabulário comum. Porém, boa parte do vocabulário especializado da área jurídica faz parte do léxico comum da língua. A diferença reside no significado que essas unidades lexicais têm para o especialista e

para o leigo, ainda que nuances desse significado no universo jurídico permaneçam (TUFAILE, 2018).

O tradutor deverá conhecer a linguagem na qual reflete o Direito, para poder produzir um texto coerente e que possa transmitir de fato o que está sendo dito no texto base. Um dos desafios que o tradutor de língua de sinais se depara no momento da tradução é a adequação ao público-alvo, ou seja, a quem se destina o produto de seu trabalho. Textos jurídicos destinados ao público leigo conterão informações diferentes das apresentadas aos especialistas. Provavelmente, a tradução dirigida ao público em geral envolverá explicações adicionais e notas de rodapé, que para um especialista são desnecessárias (TUFAILE, 2018).

E quando o público-alvo são surdos adultos? Que são pais de surdos, educadores de surdos, ou possuem em sua convivência crianças surdas? Como devemos prosseguir no processo tradutório? Como a tradução desses materiais impactariam na vida desse público? Que competências o tradutor deverá obter para transmitir informações que são veiculadas na esfera jurídica para o público surdo leigo? De fato, a produção de materiais que possuem como o foco o público surdo em geral necessita de procedimentos que vão além da adequação a linguagem, outros elementos precisam fazer parte do processo tradutório de modo a preencher a construção do sentido por parte do público.

Estão presentes nos livros didáticos textos multimodais, que não são compostos somente pela escrita, mas sim por uma série de outros elementos como a formatação, o tipo de fonte, tabelas, gráficos. Já a imagem ou figuras dispõem do papel de chamar a atenção, pois apresentam a posição corporal, gestos, direção do olhar, tamanho, enquadramento, entre outros. É muito importante observar como as pessoas que produzem ou recebem os textos multimodais, compreendem e leem as formas simbólicas que compõem estes textos (ROCHA, 2020, p. 17).

Com o avanço tecnológico, o texto vem ganhando novas configurações que transcendem ao léxico, ou seja, o desenvolvimento tecnológico tem influenciado a composição de novos textos, constituídos de elementos oriundo das múltiplas formas da linguagem seja ela oral, visual ou escrita. O uso da imagem cresceu significativamente, os materiais textuais do nosso dia a dia trazem consigo não somente a linguagem verbal escrita, mas também uma gama de recursos visuais.

A multimodalidade nas produções textuais nos permite conceber um novo modo de autoria e recepção dos enunciados (ALBRES, 2016). Sendo assim, podemos empregar uma variedade de elementos imagéticos e visuais nos textos objetivando causar um efeito de sentido, de modo a tornar o texto multimodal. A autora pontua que a construção do significado multimodal é muito utilizada para fins educativos, como em materiais didáticos, a autora ainda

menciona que os tradutores necessitam desenvolver uma leitura multimodal e uma tradução intersemiótica⁶.

Além disso, os tradutores desses tipos de textos precisarão ficar atentos aos gêneros que aliam linguagem verbal e visual, assim como refletir sobre os desafios e possibilidades desse tipo de tradução. Logo o discurso da tradução pautado apenas na transposição de um texto escrito para outro texto escrito começa a ser modificado, pois não se pode mais ignorar outros elementos semióticos adjacentes que dão o suporte na construção do sentido em torno do texto (ALBRES, 2016).

Uma delas refere-se à forma de conceber o ato tradutório como uma “atividade consciente” do papel que o tradutor desempenha em um determinado projeto de tradução. Ou seja, é importante que esse profissional não encare a operação textual ou interpretativa (nos casos de interpretação simultânea ou consecutiva) por si só, mas considere que esses materiais e comunidades envolvidas carregam consigo aspectos culturais e políticos cruciais para uma nação. Desta forma, o ato de traduzir ou interpretar está diretamente articulado com questões sociais, econômicas, culturais, entre outras.

A relação de aspectos culturais e traduções, por exemplo, tem sido investigada com maior intensidade no âmbito acadêmico a partir de diferentes perspectivas. Uma dessas perspectivas é a da diversidade cultural e de sua celebração por meio das traduções, meio que permite atravessar rios e oceanos para promover línguas, culturas e povos. Outro ponto de vista sobre tradução e aspectos culturais coloca em jogo a noção de diferença, de singularidade para cada prática a ser traduzida, questão central para Bhabha (2005):

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social e específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial. [...] a “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais (BHABHA, 2005, p. 230):

Assim como afirma o autor, cabe ao tradutor (acrescentamos também ao intérprete) perceber-se nesse movimento de fluidez, de constante movimento, de deslocamento, de ocupar o entre-lugar tão presente nas fronteiras culturais. Ou seja, espera-se do profissional, nos casos

⁶ A tradução intersemiótica, também denominada tradução interartes, consiste na transposição de um sistema de signos para outro. Trata-se de um movimento e processo que paradoxalmente faz equivaler significados através de um sistema sígnico diferente. Ou seja, a tradução intersemiótica reconhece a especificidade das várias linguagens semióticas (pintura, literatura, teatro, fotografia, cinema, televisão) e ao mesmo tempo acolhe o intercâmbio entre as mesmas em um processo de transcodificação criativa (AZEREDO; SANTOS, 2017).

da tradução cultural, um grau de intervenção bastante acentuado, inclusive ciente de que suas escolhas lexicais, terminológicas e culturais podem afetar os processos de visibilização ou de apagamento de certos povos. As expectativas, o grau de intervenção e a liberdade de que os tradutores podem desfrutar, especialmente em textos literários, nem sempre são concedidos a outros tipos de textos. Por exemplo, ao considerar textos jurídicos, o grau de intervenção criativo, as estratégias empregadas e as escolhas adotadas pelo tradutor seguem a rigidez dos sistemas legais.

As subáreas de tradução e política e de políticas de tradução são registradas no mapa proposto pela editora St. Jerome. É possível verificar a existência e a distinção dessas subáreas, o que até então não havia ocorrido nos demais mapeamentos nos Estudos da Tradução. Pode-se observar a expansão dos elementos que caracterizam cada um desses termos, assim como as ações que são tomadas a favor ou contra nessas subáreas.

Com base nesses mapas, ressaltamos que o termo “tradução e política” estaria associado às questões que interessam ao tradutor e à tradução propriamente dita, compreendendo desde o ensino de línguas para tradutores até o assessoramento sobre a função do profissional da tradução. Outra circunstância que exemplificaria o termo “tradução e política” são elementos que constituem contextos políticos marcados por situações de conflito. Um exemplo que ilustra essa questão são os tradutores ou intérpretes que realizam seus trabalhos em meio a fronteiras, zonas de guerra, conflitos étnicos e religiosos.

Tais espaços são marcados por tensões e negociações culturais, linguísticas e religiosas, que, de algum modo, afetam as escolhas tradutórias, além de colocar em risco a vida de tradutores e de intérpretes. Nessas situações que abrangem a atuação do tradutor e do intérprete em zonas de risco, a ideologia de um país ou povo pode sobressair-se de forma bastante radical, deixando marcas acentuadas no texto, no processo de tradução ou de interpretação e, por consequência, na vida profissional daqueles que trabalham nessa empreitada.

Em relação ao Brasil, podem ser exemplificados com o caso da lei de Libras 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), que contribuíram com o desdobramento de uma série de políticas linguísticas voltadas à oferta de cursos de graduação para a formação de professores de língua de sinais ou formação de tradutores e intérpretes, além de contribuir com o incentivo das pesquisas sobre línguas de sinais nos níveis de mestrado e doutorado e com a ampliação de vagas para professores e tradutores-intérpretes nas universidades federais e privadas. Ou seja, todas essas decisões em torno da língua não se restringem apenas à língua em si, mas estendem-se também para as decisões em torno da tradução e da interpretação.

A mobilização das comunidades surdas a favor do reconhecimento da Libras é um caso típico que exemplifica a articulação entre políticas linguísticas e políticas de tradução. Como resultado disso, temos o aumento da indústria da língua e a expansão de novos mercados de trabalho para professores, tradutores e intérpretes etc. No entanto, essas conexões entre políticas linguísticas e políticas de tradução não devem ser tomadas de forma ingênua. Os conceitos de centro e periferia, tal como Even-Zohar os discute, e, além disso, o controle estatal, constituem-se como aspectos que merecem atenção. Políticas linguísticas e políticas de tradução não se resumem às leis (grifos nossos).

Quando há essa crença disseminada pelas diferentes entidades, sejam elas governamentais ou não, o risco de cair em uma emboscada é certo. Essa armadilha se alimenta da ideia equivocada de que bastariam as leis para institucionalizar a conquista de direitos, quando na verdade a lei proporciona um grau de letargia pouco explorado e debatido no meio acadêmico. Com isso, não estamos desmerecendo o importante papel desempenhado pelas leis, apenas alertamos para as implicações oriundas desse reconhecimento, que precisa constantemente ser revisado e reconfigurado conforme as demandas das comunidades linguísticas.

Outro risco proveniente do reconhecimento legal das línguas é a invisibilidade dos movimentos que continuam a resistir ao controle estatal e apresentam possíveis alternativas, as quais, na maioria das vezes, não são incorporadas aos documentos legais. Em virtude disso, alguns problemas podem ser observados com relação ao exercício profissional, por exemplo, de tradutores e intérpretes de Libras-Português. Se, por um lado, no decreto 5.626/2005, há recomendação para que a formação dos tradutores e intérpretes de Libras-Português seja em nível superior, por outro lado, a lei 12.319/2010, que reconhece e regulamenta a profissão do tradutor e intérprete desse par linguístico, delibera que o nível de formação seja o ensino médio. Esse descompasso legal traz consigo sérios problemas para o exercício profissional dos tradutores e intérpretes e tem sido alvo de constantes críticas por parte das entidades representativas e pelo meio acadêmico.

Ademais, as relações de poder estão nitidamente intrincadas nas concepções e nos métodos que constituem as leis e resoluções. Por outro lado, considerando que políticas linguísticas não se reduzem às diretrizes legais, e levando em conta a falta de conexão entre políticas linguísticas e políticas de tradução, a ausência de um planejamento sistematizado e definidor de políticas de tradução para os tradutores e os intérpretes de Libras-Português é uma constante. É fundamental estar ciente que, ao mesmo tempo em que o governo e as comunidades

que lutam por visibilidade e reconhecimento podem eleger determinadas línguas e ações a serem promovidas, outros idiomas acabam se tornando marginalizadas no âmbito social.

Desse modo, as estratégias para a tradução de um material para o público infanto juvenil precisarão ser cuidadosamente pensadas, levando em consideração os recursos semióticos e linguísticos que estarão presentes no texto.

2.2 A cartilha como gênero textual

O conhecimento sobre o tipo de texto que se pretende trabalhar é fundamental durante o processo tradutório, de modo que o tradutor precisa estar familiarizado com gêneros textuais. Os textos possuem inúmeros gêneros e finalidades, dessa forma é importante entender o conceito e função social, que segundo Marcuschi são:

[...] textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante (MARCUSCHI, 2002, p. 5).

A função social dos gêneros textuais é muito ampla no que tange o ato comunicativo, possuem características próprias e de acordo com a situação transmitem a informação ideal ao interlocutor. De acordo com Marcuschi (2002; 2009), quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. De modo que os gêneros textuais são fundamentais na socialização e comunicação humana, pois é na interação social que se produzem textos, que se encaixam conforme o contexto interacional.

O gênero textual possui ligações históricas e culturais, uma vez que a sociedade cresce, as formas de comunicação também acompanham o crescimento, favorecendo o surgimento de novos gêneros. A cartilha é um gênero textual instrutivo e informativo que possui um papel social muito importante na sociedade, elas servem a população por meio de ensinamentos e orientações acerca de temas diversos abrangendo a área educacional, saúde, informações públicas, jurídicas, dentre muitos outros.

Este trabalho, por sua vez, trata-se da tradução de uma cartilha disponibilizada pelo Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE, tal cartilha apresenta além de textos e imagens em sua estrutura, outras configurações (formato de entrevistas, textos didáticos, resumos da lei,

etc..) que compõem a constelação de gêneros⁷⁵ cartilhas educativas, que de acordo com Mendonça (2003, p. 8):

Cartilhas [...] destinadas a informar a população sobre direitos, deveres, formas de prevenção de doenças, acidentes, etc. Podem mesclar narrativas em quadrinhos e textos didáticos, e/ou informativos e compõem parte do material de campanhas publicitárias institucionais. [...] Esse gênero se caracteriza especificamente pela busca do estabelecimento de perfis identitários que sejam próximos aos do público-alvo.

A autora ainda menciona sobre o fenômeno da intergenerecidade, que se trata do entrecruzamento de gêneros, onde um gênero, com uma dada função, assume a “forma” de outro, com função diversa. Por exemplo, uma CE quadrinizada, cuja função é informativa, pode assemelhar-se, à primeira vista, a uma história em quadrinhos (HQ) convencional, cuja função primordial é a de entretenimento (MENDONÇA, 2008).

A cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias”, trata-se de uma cartilha jurídica (CJ), que de certa forma participa da constelação cartilhas educativas, como mencionado por Mozdzenski (2008, p. 37) e que possui uma heterogeneidade em sua composição, de modo que ele menciona em seu livro quatro características que são pertinentes ao gênero cartilha:

1. O propósito comunicativo condutor é ensinar, explicar e instruir aqueles que se interessam ou são atingidos por ações e práticas sociais desconhecidas e até mesmo inacessíveis.
2. O gênero cartilha é um instrumento sociopolítico porque procura descrever e informar certas questões aos indivíduos, como meio de torná-los cidadãos conscientes de suas ações e dos outros. O indivíduo se inteira dos fatos que o cercam para que possa reivindicar ou aprovar os seus direitos.
3. As cartilhas exercem funções tutoriais pois instruem e ordenam como os indivíduos devem proceder e agir em determinadas questões.

As cartilhas não servem somente aos propósitos comunicativos de informar e ensinar, mas, principalmente, ao de instruir, ordenar e recomendar por meio de orientações precisas reguladoras. De modo geral, as cartilhas jurídicas possuem como propósito tornar acessível a compreensão das leis aos leigos, através da retextualização das normas jurídicas para que os textos possam utilizar uma linguagem mais próxima do cotidiano e sejam visualmente mais

⁷ O fenômeno dos agrupamentos de gêneros textuais é tomado como objeto de reflexão por vários autores, os quais o definem por meio de metáforas como colônia de gêneros (BHATIA, 1993; 1999; BEZERRA, 2006) ou constelação de gêneros (ARAÚJO, 2004; 2006; BHATIA, 2001; MARCUSCHI, 2000; SWALES, 2004).

informativos (MOZDZENSKI, 2008). O autor também reafirma que as Cjs não apenas mantêm, mas reforçam o propósito original das leis, estabelecendo padrões de conduta impostas pelo Estado, com penalizações e garantia de manutenção e ordem social institucionalizada.

Para Boto (2004) a palavra cartilha é oriunda de um desdobramento da palavra “cartinha” comumente usada na Idade Moderna para referir-se a textos impressos com fins educacionais e informativo. Em sua estrutura, apresentavam-se o abecedário, a construção de palavras e suas subdivisões, alguns acompanhados de textos simples com conteúdo moralizadores, quase sempre acompanhados de orações e salmos, de modo que a religiosidade marcava o ensino naquela época (BOTO, 2004).

As cartas por sua vez, desempenharam um papel de grande importância para o surgimento de gêneros textuais, uma vez que ao estabelecer a comunicação entre duas pessoas diretamente em uma dada situação e circunstância, viabilizam o desenvolvimento de diversas práticas institucionalizadas. Historicamente as cartilhas possuem uma estreita relação com a igreja e as ações missionárias, o primeiro registro conhecido do termo “cartilha” foi na obra de cunho catequizante *Monumenta Missionaria Africana*, apontado pelo Dicionário Houaiss (HOUAISS, 2004, p. 638), de modo que a cartilha servia de instrumento para a comunicação entre a igreja e o povo, com o intuito de compartilhar o conhecimento, a cultura e as experiências.

De fato, as cartilhas desempenharam um papel fundamental no que tange a propagação da ideologia cristã por entre os povos, dando a eles a oportunidade de conhecer e partilhar dos códigos religiosos e linguísticos trazido pelos missionários.

Essas cartilhas operavam com um poderoso instrumento de tutelamento sóciopolítico e religioso das ‘etnias ímpias’ do mundo bárbaro, através de textos de natureza normativa e apologética. As crenças dos povos nativos eram simplesmente desconsideradas ou mesmo execradas, e o diálogo com o Deus cristão implicava o cumprimento de regras próprias e imutáveis, e a recitação das orações oficiais (MOZDZENSKI, 2008, p. 21).

Com o intuito de trazer à tona as revelações divinas, bem como aproximar o indivíduo da figura do Deus todo poderoso e como portar-se perante as situações sociais, o gênero em questão sobreviveu ao longo dos anos, desde os tempos coloniais, no mercado livreiro colonial como afirma Algranti (2004) em seu levantamento das obras que circulavam nesse período, cujo a função era de trazer os leitores para as práticas espirituais e aumento de sua devoção. A autora ainda categorizou as temáticas religiosas presente nesse material:

Quadro 2 - Categorização dos Livretos Religiosos

- a) teologia e teologia moral;
- b) escritura santa;
- c) cânones;
- d) padres da Igreja;
- e) livros de devoção e piedade (vidas de santos, livros de horas, exercícios espirituais, obras místicas), destinados em princípio a serem consultados, recitados e lidos individualmente, mas que também poderiam ser partilhados com outras pessoas;
- f) livros litúrgicos (breviários, missais e demais obras dedicadas ao culto e ao ofício divino); e, finalmente,
- g) história sagrada.

Fonte: adaptado de Algrantí (2004).

E atualmente, o gênero continua presente nas liturgias das igrejas, nas cartilhas do catecismo, além de outros materiais de cunho religioso que buscam instruir e ensinar os seus leitores as práticas religiosas do cristianismo. Outra forma que sobreviveu ao longo dos tempos e que se fez presente no período colonial do Brasil foi o gênero cartilha de alfabetização. Até a segunda metade do século XIX, observava-se uma clara desorganização do ensino brasileiro, não havia locais apropriados para as aulas e os materiais disponíveis também eram precários, embora alguns materiais impressos utilizados fossem oriundos da Europa, sob a forma de livros destinados ao ensino da leitura, chamados de “cartas de ABC”, o processo de ensino e aprendizagem se dava através da leitura e cópia de documentos manuscritos (MORTATTI, 2006).

De acordo com Mortatti (2006) o método de ensino da época era denominado de métodos de marcha sintética, ou seja, da parte para o todo, o método englobava o ensino da soletração (partindo das letras), fônicos (partindo dos sons correspondentes das letras) e da silabação (partindo das sílabas). A autora ainda menciona que o ensino obedecia a uma certa ordem crescente de dificuldade, partindo das letras e seus nomes, dos sons e das famílias silábicas.

Figura 4 - Representação do Método de Marcha Sintética

2ª lição

va	ve	vi	vo	vu
ve	va	vo	vu	vi
vo	vi	va	ve	vu
vai	viu	vou		

VOCABULOS

vo-vó	a-ve	a-vô	o-vo
vi-va	vo-vo	ou-ve	u-va
ui-va	vi-vi-a	vi-ú-va	

EXERCICIO

vo-vó viu a a-ve
a a-ve vi-ve e vô-a
eu vi a vi-ú-va
vi-va a vo-vó
vo-vô vê o o-vo
a a-ve vo-a-va

Fonte: Mortatti (2000).

Posteriormente eram introduzidos a leitura das palavras formadas pelas letras e sílabas estudadas anteriormente, e conforme o avanço vinham se as frases isoladas ou agrupadas, em se tratando da escrita, era pautada na caligrafia e ortografia, o ensino ocorria através da cópia, ditado e formação de frases, com ênfase na forma correta das letras (MORTATTI, 2006).

As cartilhas brasileiras da época baseavam-se também no método de marcha sintética, a primeira cartilha, outrora denominada “cartinha”, foi a “Cartinha de João de Barros”, publicada em 1540, juntamente com a gramática do mesmo autor.

Figura 5 - O Abecedário na Cartinha



Fonte: Mariguela (2011).

Em resumo, tanto as cartilhas religiosas como as cartilhas de alfabetização contribuíram largamente para a constituição de novos gêneros de cartilha, como as cartilhas jurídicas e as cartilhas de saúde. Como “legado” das primeiras cartilhas, as cartilhas educativas dos dias de hoje apresentam uma certa confiabilidade informativa que traz orientações aos indivíduos como se deve agir diante de relações e práticas sociais. De modo que para que se consiga atingir os seus objetivos, é necessário seguir as instruções na cartilha.

As cartilhas jurídicas, subgênero das cartilhas educacionais, obteve influencia não tão somente das cartilhas religiosas e educacionais, mas também dos panfletos políticos que surgiram na Europa moderna no início do século XV, que tinham o intuito de trazer para a população publicações sobre a opinião pública e contemporânea e de notícias políticas, examinando várias questões jurídicas e religiosas (MOZDZENSKI, 2008). De modo a criticar de forma parcial o governo e as autoridades religiosas da época, e comumente eram censurados pelo Estado.

Segundo Mozdzenski (2008) a ideia desses panfletos eram gerar na população o despertar para a consciência política incentivando-os a se envolverem nas causas revolucionárias, a circulação desses materiais era em massa, transmitindo a urgência da construção de uma nova cultura política e sociedade. O autor menciona ainda sobre uma revolução linguística, de modo que os panfletos revolucionários rejeitavam a linguagem utilizada pelas classes mais altas no Antigo Regime, uma linguagem rebuscada, repleta de afetações e tecnicismo. E fazendo uso de uma linguagem adaptada e imagens para que o conteúdo se aproxime do homem comum, em sua linguagem cotidiana, ampliando o debate político a comunidade iletrada.

O uso de imagens acompanhado de textos mais simplificados para atingir um determinado público é uma estratégia utilizada ainda nos dias de hoje, como forma de educação e orientação das comunidades mais leigas. As cartilhas jurídicas que compõem um conteúdo mais complexo fazem uso de diversos recursos para transpor para o leitor as terminologias legislativas e apresentando-lhes os seus direitos e deveres com a finalidade de instruir e orientar diante de determinadas situações sob a ótica jurídica.

Para tanto, as cartilhas jurídicas recorrem a inúmeras estratégias para compor seus textos [...], resumo e/ou explicação de partes da lei, seqüência pergunta-resposta, narrativas com diálogos, etc., não raro acompanhadas de recursos visuais: histórias em quadrinhos, desenhos e caricaturas, gráficos, layout colorido, formatação tipográfica especial, etc (MOZDZENSKI, 2008, p. 45).

A informação visual disposta em um texto constitui um dos primeiros recursos acessados pelo leitor na construção de sentidos, a estrutura visual auxilia na identificação do

gênero em questão, ou seja, as ilustrações, variações quanto ao tamanho da letra, sua fonte, sinais gráficos e símbolos fornecem de certo modo uma informação ao leitor.

Figura 6 - Cartilha Violência Contra Crianças e Adolescentes

O que é violência sexual infantil?

A violação sexual de crianças e adolescentes ocorre quando estes são utilizados como meio para satisfação de qualquer tipo de desejo ou finalidade sexual de adultos e adolescentes mais velhos, mesmo que não haja contato físico ou prática de ato sexual propriamente dito.

Também está presente nas ações que visam, direta ou indiretamente, a corromper ou explorar a sexualidade dos infantes, independente de haver pagamento, finalidade de lucro ou permanência da(s) conduta(s). Um único ato, por mais simples ou sem importância que possa parecer no mundo adulto, pode representar uma violência sexual consumada!

A vontade ou a permissão da criança ou adolescente em participar de atividades que violem sua dignidade sexual estão longe de significar um sinal verde para essas ações ou a exclusão dos crimes e demais ilícitos, pois, na condição de pessoas em desenvolvimento, elas não têm maturidade para consentir algo que está completamente fora do universo infantil.

Além disso, muitas crianças sequer percebem a situação abusiva a que estão sendo submetidas, devido a sua pouca idade e condição de inocência. É comum chegarem à Justiça casos em que a criança ou o adolescente abusado não tinha compreensão da violência sexual ou não sabiam o que estava sendo feito com eles, até o momento em que o abusador é preso.

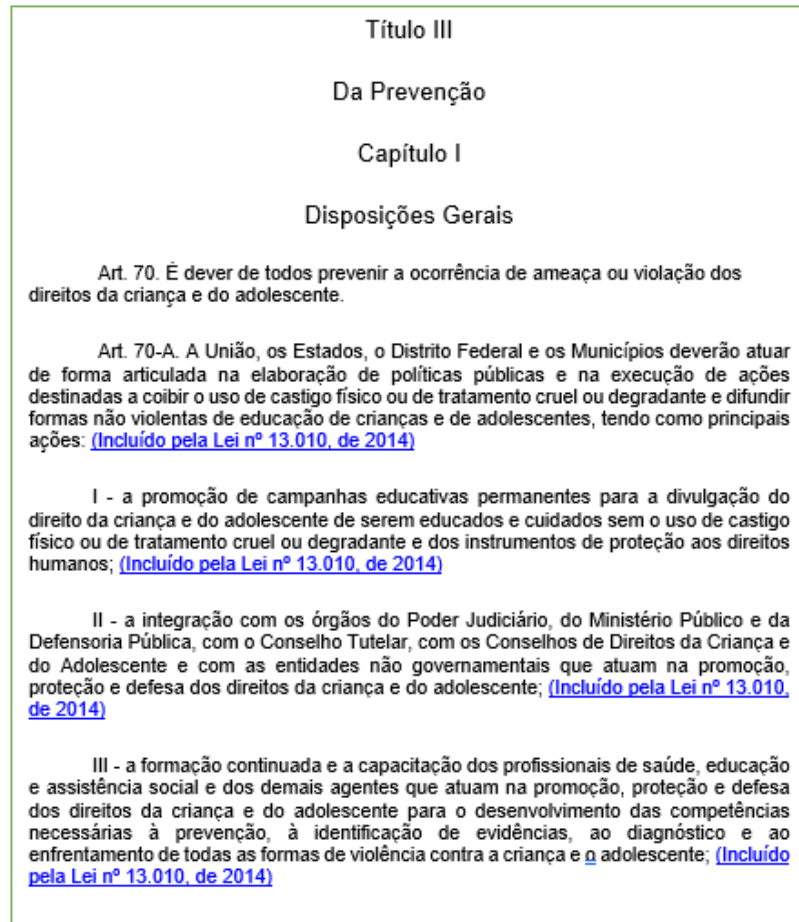
"Ele [o abusador] vinha fazendo aquilo comigo havia um tempo, e eu não entendia o que aquilo significava, pois tinha 5 anos apenas. E daí comecei a perceber, por volta dos 11 anos, talvez nas aulas de educação sexual, que era daquele jeito que se fazia um bebê." (Relato de uma vítima de abuso infantil)

4

Fonte: Ceará (2021, p. 4).

Em um texto com pouca informação visual, como o caso dos textos legais, é necessária uma abordagem diferente no que tange a comunicação eficaz e persuasiva. Dessa forma, como exposto no “Manual de redação da Presidência da República (BRASIL, 2002), traz a regulamentação da forma e estrutura de todos os atos normativos tais como as leis, decretos, portarias, dentre outros, descrevendo como desse ser a organização, sistematização e escrita desses textos, prezando-se pela impessoalidade, norma culta, clareza, formalidade e uniformidade.

Figura 7 - Trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/90)



Fonte: Brasil (1990, on-line).

Como mencionado por Mozdzenski (2008), os textos visualmente informativos, levam em consideração fatores como o público-alvo, as diversas possibilidades de processamento da leitura, a funcionalidade do conteúdo, o uso dos recursos visuais como mecanismo de organização, complementação e ilustração das ideias dentre outros fatores que trazem a harmonia para o texto e o torna atraente, capaz de transmitir de maneira eficaz qualquer informação ao leitor por meio dos recursos visíveis. As cartilhas jurídicas possuem duas configurações para análise, que de maneira geral leva em consideração o formato e a estratégia comunicacional, sendo elas as “cartilhas jurídicas em quadrinhos” e as “cartilhas jurídicas com resumo de lei”.

Para Mendonça (2003) as cartilhas quadrinizadas desempenham uma importante função didática sendo utilizadas para instruir ou persuadir, em situações educativas. Nas histórias em quadrinhos (HQs) cujo assunto abordado gira em torno da esfera legislativa e jurídica, são apresentadas através de uma linguagem mais próxima do povo, ainda que simulada e aplicada

em contextos similares ao real. De modo que se cria uma relação com os interlocutores de forma simétrica, tornando mais fácil a adesão das ideias propostas.

As cartilhas quadrinizadas possuem um traço peculiar, uma vez que a trama ficcional das HQS conduz o modo como as informações são apresentadas, conforme afirma Mendonça (2008) em sua tese de doutorado, os acontecimentos são utilizados como pretexto para apresentar situações perigosas, conflitantes e as medidas profiláticas. De modo que em alguns casos, há a presença de ludicidade, representados pela figura do herói e do vilão nessas histórias como podemos ver no exemplo da figura 8.

Figura 8 - Cartilha da Justiça em Quadrinhos



Fonte: Associação dos Magistrados Brasileiros (1999, p. 25).

As cartilhas quadrinizadas são peças fundamentais nas campanhas massivas de informação, como menciona Mendonça (2008), comumente na esfera pública. Mesmo que ainda possuam semelhanças com outros gêneros de divulgação científica, elas trazem consigo a marca da ação política do Estado, no que tange ao cuidar da população. Nesse sentido, os leitores são convidados a adotarem as medidas preventivas ou são orientados a seguir determinados protocolos que são preconizados no texto da cartilha.

Por meio de estratégias presente na cartilha que são comumente utilizados em outros gêneros de divulgação científica, tais como o envolvimento dos leitores e a adaptação da linguagem, aproximando-a do público a quem o material é destinado, evidenciando ainda mais esse gênero que possui um grande poder de persuasão, dado as suas possibilidades comunicacionais (MENDONÇA, 2008). Outra estratégia abordada além das cartilhas quadrinizadas e que de certo modo são mais presentes nas cartilhas jurídicas é a retextualização

dos preceitos legais através do resumo do texto normativo expresso de forma direta ou sequência pergunta-resposta, como abordado por Mozdzenski (2008).

As cartilhas jurídicas com resumo de lei se assemelham as cartilhas quadrinizadas no que tange as transformações dos textos legais para uma linguagem mais coloquial, próxima à conversação. O que diverge é a ausência de contextualização ficcional, sobretudo histórias com enredo para exemplificar os aspectos legais, uma vez que nesse subgênero das cartilhas jurídicas, temos o resumo da lei posto de forma escrita, adaptada para a linguagem popular acompanhado de citações diretas do documento oficial.

Mozdzenski (2008) ainda coloca que as cartilhas jurídicas que apresentam resumos de lei de forma direta, ou seja, sem simulação de diálogos com o leitor, comumente utilizam de imagens para complementar a compreensão do texto verbal. O intuito é tornar o texto mais agradável para leitura ou auxiliar na fixação do conteúdo legal através dos recursos imagéticos.

A “Cartilha Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias” está inserida nessa categoria, de cartilhas com resumo da lei, devido ao seu arranjo estrutural e sua escrita. O texto em si traz informações legais adaptadas para a fala popular, acompanhadas de ilustrações que complementam a compreensão por parte do texto.

É importante ressaltar que a escrita desta cartilha, assim como seu *layout*, não foi pensada para o público-alvo infante juvenil, mas direcionado para pais, responsáveis e profissionais que poderão intervir de alguma forma, nesse caso os surdos adultos também necessitam da acessibilidade relacionada essas informações que é de fundamental importância para a proteção de crianças surdas. A proposta de trazer para este público acarretará uma mudança na estrutura verbal e não verbal dessa cartilha para que o conteúdo faça sentido e seja usufruído por essa população mais leiga.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo trata sobre o tipo de pesquisa realizada, os critérios adotados para a realização da tradução, o público-alvo e os procedimentos para a realização de uma tradução com abordagem funcional. Todavia, para construção de um projeto de tradução, é essencial que o tradutor busque orientação através de um modelo de tradução que pautará as diretrizes de como a tradução será realizada, de certa forma o projeto de tradução é tomado pela posição tradutória e por exigências específicas colocadas pela obra a ser traduzida.

Dentre os modelos existentes, destacamos os estudos de William e Chesterman (2002) que segundo os autores se resumem em três tipos: (I) O Modelo Comparativo que analisa as relações de equivalência entre os textos fonte e os textos alvo; (II) O modelo de Processo que estabelece uma sequência lógica no processo de tradução, ou seja, o tradutor reproduz o texto conforme o original, porém adota pequenas modificações com a intenção de fazer sentido para os leitores; (III) O modelo causal cujo a tradução varia conforme a experiência do tradutor e as condições em que tem de apresentar o seu trabalho.

Outro modelo que podemos destacar faz parte dos estudos de Juliane House, o Modelo das Bases Pragmáticas, em seu modelo a equivalência assume o principal critério para que seja determinada a qualidade de uma tradução, segundo a autora é este conceito que capta o dilema de uma tradução, texto que dialoga tanto com sua fonte como as situações de comunicação da cultura da língua alvo (HOUSE, 1997, p. 29). A autora ainda afirma que esse conceito é muito relevante, de modo que a partir dele, ela define a tradução como a substituição de um termo em uma língua por outro texto semanticamente e pragmaticamente equivalente em outra língua alvo (HOUSE, 1997, p. 31).

Para a realização deste trabalho, optamos por escolher um modelo que levasse em consideração não somente a língua base e a língua meta, mas que permitisse a possibilidade de reavaliar inúmeras vezes o produto da tradução, de modo que o processo pudesse ser revisto até chegar no produto desejável que agradasse ambos, autor e leitor.

A tradução da cartilha segue a perspectiva funcionalista do modelo de tradução proposto por Christiane Nord (2016). Para este tipo de tradução é necessário que haja uma certa relação entre o texto base e o texto meta, onde a extensão desta é definida pelo *skopos* da tradução, no que diz respeito aos critérios para a adaptação e preservação de elementos do texto base. De acordo com essa visão, o tradutor encontra-se comprometido bilateralmente tanto com a situação do texto base e texto meta, com o emissor do texto base e o receptor do texto meta, tornando-se um produtor de texto na cultura meta a partir de uma comunicação da

cultura base.

3.1 A natureza da pesquisa

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória conforme Prodanov e Freitas (2013). Para os autores a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Exploratória, o que nos permite fazer um levantamento das informações que serão úteis para o trabalho, além de possibilitar o estudo por diversos ângulos e aspectos. E descritiva pois esse tipo de pesquisa registra e analisa os dados coletados.

Como método de pesquisa, trabalharemos com a tradução comentada, que por sua vez, nos permite fazer análises sobre o processo de tradução, configurando-se assim como um tipo de estudo de caso, como citado por Álvarez (2007) e Albres (2020a). Através do estudo de caso é possível fazer o registro de aspectos fundamentais sobre a tradução e a partir desses aspectos tecer as análises.

A tradução comentada, em linhas gerais é uma forma de pesquisa e análise em tradução, onde o tradutor tece comentários a respeito do processo tradutório, seja antes, durante ou após o texto ser (re)traduzido. Para Torres (2017, p.15) a tradução comentada é um gênero acadêmico-literário, cujo comentário de maneira clara e explícita, explica e teoriza o processo, os modelos de tradução, bem como as tomadas de decisão realizadas pelo tradutor. Para a autora a tradução comentada dependera sempre do seu autor e do objeto de seu estudo, chamando a atenção sempre para as características arquitetônicas desse gênero, na qual ela define:

- O caráter autoral: o autor da tradução é o mesmo do comentário;
- O caráter metatextual: está na tradução comentada incluída a própria tradução por inteiro, objeto do comentário; a tradução está dentro do corpo textual (o texto dentro do texto);
- O caráter discursivo-crítico: o objetivo da tradução comentada é mostrar o processo de tradução para entender as escolhas e estratégias de tradução do tradutor e analisar os efeitos ideológicos, políticos, literários, etc. dessas decisões;
- O caráter descritivo: todo comentário de tradução parte de uma tradução existente e, portanto, reflete sobre tendências tradutórias e efeitos ideológico-políticos das decisões de tradução;
- O caráter histórico-crítico: todo comentário teoriza sobre uma prática de tradução, alimentando dessa forma a história da tradução e a história da crítica de tradução. (TORRES, 2017, p.18)

Outros autores como Williams e Chesterman (2002), pensam a tradução comentada como um método de análise textual e tradutório, de caráter introspectivo e retrospectivo, onde o tradutor traduz ao passo em que realiza o comentário a respeito de seu processo tradutório.

Albres (2020a) traz a perspectiva da tradução comentada como uma abordagem qualitativa podendo ser identificada como um estudo de caso, que nos permite explorar, teorizar e gerar hipóteses através dos comentários.

Em outras palavras, os comentários realizados pelo tradutor surgem de sua relação com o texto fonte e texto alvo, com o autor do texto fonte, com o público do texto alvo, de modo que a experiência vivenciada nesse processo pautará as análises que serão construídas, evidenciando as diferentes formas de discutir traduzir.

Os comentários apresentados pelo tradutor podem aparecer de diferentes formas, dentre as quais discussões sobre a tarefa de traduzir, análise do texto-fonte e do contexto em que ele foi escrito ou ainda justificativas sobre os problemas enfrentados e as soluções propostas no decorrer do processo tradutório. Isto é, toda e qualquer análise crítica envolvendo os textos fonte e alvo podem caracterizar o que chamam de tradução com comentários ou anotada. (ZAVAGLIA, *et al.*, 2015, p. 333).

É válido ressaltar que se deve fazer uma análise e verificação de todo o material linguístico e extralinguístico das fontes assim como as diversas fases em que o processo de tradução caminhou, explicitando as tomadas de decisão enfrentadas pelo tradutor. Ao pensar na escolha do tema para a realização desta pesquisa, foi levado em consideração a relevância para a comunidade surda, em especial as crianças e adolescentes surdos que passam por situações de abuso e muitas das vezes não possuem conhecimento sobre como proceder diante dessas situações.

A cartilha *Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias*, traz questões acerca da violência sexual infanto-juvenil, seja na forma de orientações, relatos de experiência, ou mesmo na conceitualização de terminologias relacionadas a essa temática. Como mencionado nesta dissertação, a cartilha é uma iniciativa do poder público do estado do Ceará e está disponibilizada em PDF para *downloading* no site do MPCE para todos aqueles que buscam conhecimento acerca do tema.

A tradução comentada da cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias” possui como base teórico-metodológica a abordagem funcionalista proposta por Nord (2016), que propõe um modelo de projeto de tradução que possa englobar as análises macro e micro textuais que norteiam o processo tradutório, uma vez que o tradutor consiga responder essas questões, conseguirá ver com clareza os fatores idênticos ou diferentes nas situações comunicativas, bem como os problemas de tradução e os procedimentos que conduzem a uma solução adequada e funcional.

Dessa forma, serão abordados o segmento metodológico, a análise, assim como o processo de tradução da cartilha dentro da perspectiva funcionalista de Nord (2016). A abordagem funcionalista se iniciou por volta dos anos 70, cujo as bases para essa teoria se

encontram na *Scopostheory* ou Teoria do Escopo, de Reiss e Vermeer (1984), que diz que o objetivo ou o propósito de uma tradução é determinado pela função que o texto alvo se destina a desempenhar.

Para esse tipo de tradução que segue essa teoria, o ponto de partida é também um texto escrito na língua base que tem que ser traduzido na língua meta, de modo que o produto dessa tradução possa fazer parte de um contínuo de mundos que seja visto pelo receptor como coerente com a situação, ou seja que apresente um nível de fidelidade subordinada a regra do *Skopos* (NORD, 2016). Nesse sentido, o mais importante não é quão equivalente ou fiel o produto da tradução seja em relação ao texto base, mas se a mesma satisfaz as necessidades para quem foi destinada do requerente.

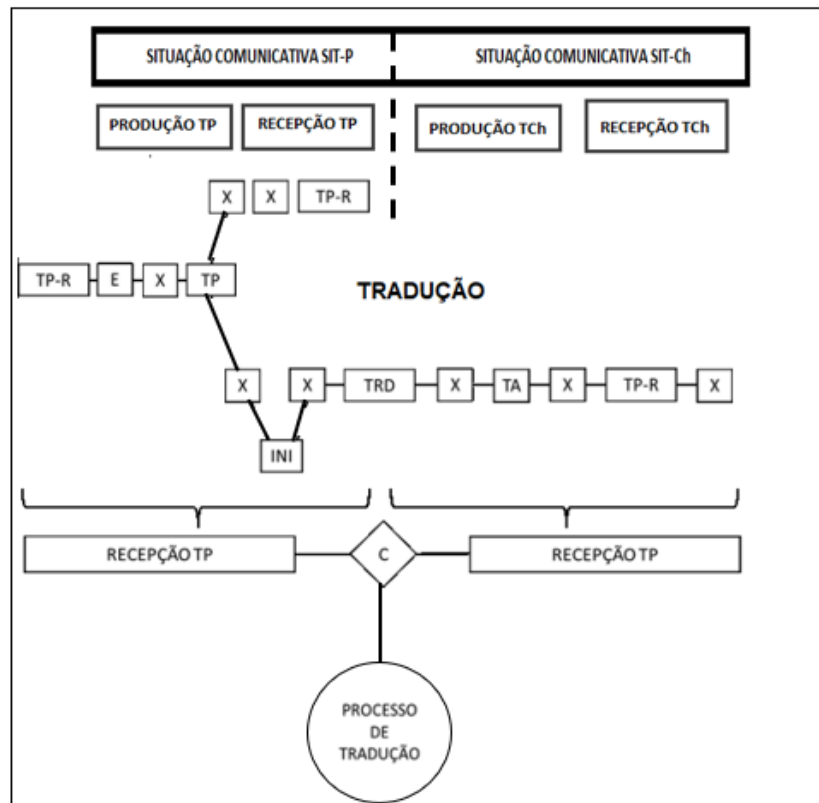
Quanto ao processo de tradução, para iniciá-lo é preciso que a definição do público-alvo, do texto e da língua de chegada sejam estabelecidas. Diante disso, temos: o público-alvo são as crianças e adolescentes surdos usuários da Libras; o texto escolhido trata-se da cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias”; as línguas selecionadas: Português e Libras. Um dos critérios para a escolha desse material para a tradução reside no fato de que são escassas as traduções para a Libras que versam sobre a temática e principalmente que abranjam o público-alvo em destaque.

O modelo funcionalista de Nord (2016, p. 65) enxerga a tradução como um processo que não é linear e progressivo e sim circular e recursivo, o que possibilita ao tradutor sempre que necessário retomar os passos do processo de tradução outrora iniciado, de modo que as análises possam ser feitas, refeitas e revisadas inúmeras vezes.

A ação tradutória seguindo esse modelo circular é organizada por meio de passos. O primeiro passo no processo tradutório é a análise e interpretação do *skopos* do TB e do TM pelo tradutor. O segundo passo é uma análise do TB dividida em duas partes, a primeira parte mais generalista, onde o tradutor só precisa ter uma ideia geral do material compatível com o TB. Ainda nesse passo e de forma mais detalhista, o enfoque nos elementos do texto é importante para a produção do TM.

O terceiro passo consiste na fase de adaptação onde após a análise do TB o tradutor identifica elementos pertinentes para a tradução do TB que serão adaptados em seguida, caso seja necessário, para o *skopos* do TM e combinados com os elementos correspondentes da língua alvo. O último passo é a estruturação do TM, se o tradutor atende as demandas e produz um texto funcional compatível com as necessidades do público-alvo, o TM estará em conformidade com o propósito da tradução.

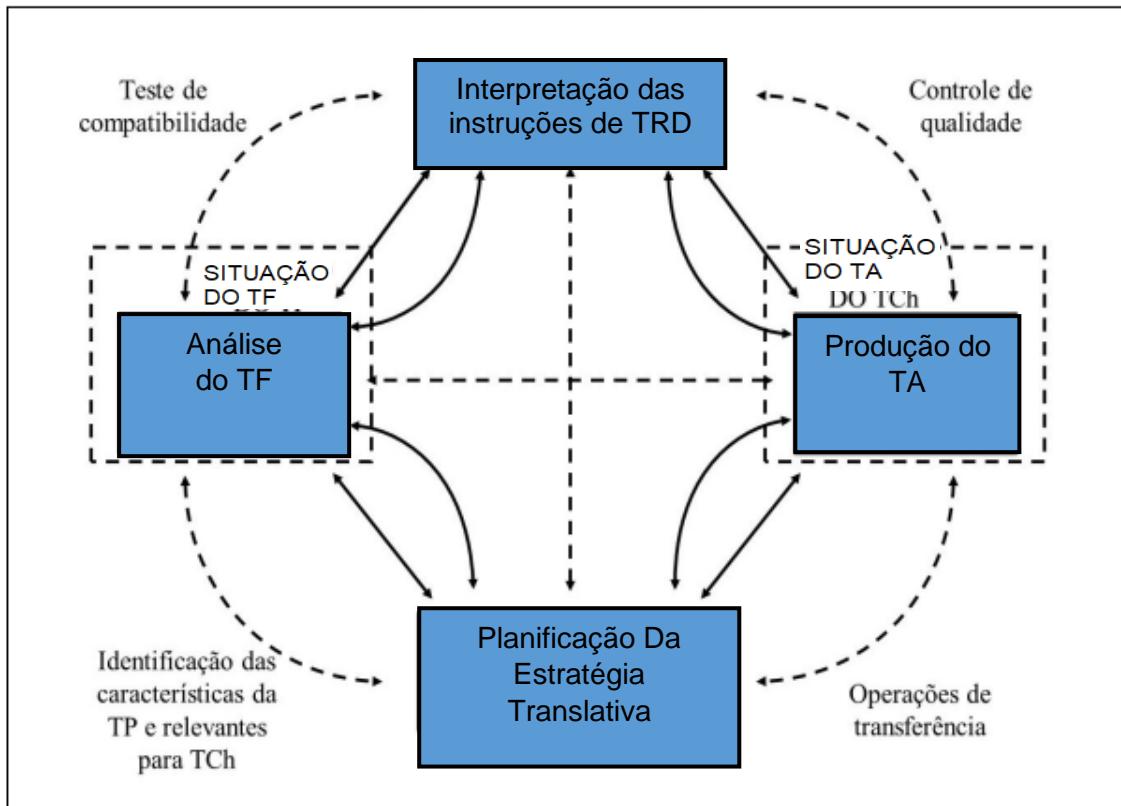
Figura 9 - Processo de Ação Tradutória – Componentes



Fonte: Figura extraída de Nord (2016, p. 71), reelaborada pelo autor (2022).

A Figura 3 mostra as fases e os componentes envolvidos na ação tradutória, enquanto na Figura 4 aponta o tradutor como parte principal no processo de transferência cultural entre as línguas do texto base e do texto meta. O processo de tradução percorre um caminho circular, de modo que a cada progresso o tradutor reavalia as suas decisões com base na experiência e no conhecimento adquirido durante o processo de análise e compreensão do texto, podendo assim refazê-lo, caso seja necessário.

Figura 10 - Processo Tradutório Modelo Circular



Fonte: Figura extraída de Nord (2016, p. 72), reelaborada pelo autor (2022).

Na figura 4 a interpretação da tradução é representada por meio dos movimentos circulares de compreensão que demonstram a interdependência das ações do tradutor e da tradução (NORD, 2016, p. 73). Nesse sentido, a autora apresenta as categorias de análise, as quais discutiremos a seguir.

A função comunicativa possui um fator determinante para a qualidade de um texto, os fatores comunicacionais vinculados ao texto fonte são fundamentais para a análise textual, pois estabelecem sua função comunicativa. São chamados por Nord (2016, p.73) de fatores extratextuais (ou seja, externos ao texto) ou fatores intratextuais (relacionados ao próprio texto, incluindo elementos não verbais).

Os fatores extratextuais (emissor, intenção do emissor, receptor meio, lugar, tempo, motivo e função textual) e os fatores intratextuais (assunto, pressuposição, estruturação, elementos não verbais, léxico, sintaxe e características suprasegmentais) são analisados em relação a cartilha traduzida neste trabalho. A seguir a descrição de cada um desses fatores.

Com relação ao emissor da cartilha *Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias* é feito pelo promotor de Justiça Jucelino Oliveira Soares e pelo técnico ministerial Francisco de Moraes Alencar Filho, com a colaboração do Centro de Apoio

Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e da psicóloga do CAOPIJ Rebeka Araújo. O emissor da cartilha traduzida é Rhuan Braz o qual propõe a tradução, discente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Estudos da tradução sob orientação da Professora Dr^a Silvana Aguiar dos Santos.

Referente a intenção do emissor, Nord (2016) afirma que a intenção é definida pelo ponto de vista do emissor que busca atingir um propósito com o texto e é particularmente importante para o tradutor compreender a intenção do emissor, de modo que através dela que o texto irá se estruturar no que se refere ao conteúdo e a forma. Quanto a intenção ou intenções da cartilha produzida pelo MPCE, ou seja, a Intenção do Emissor do TF, se concentra em esclarecer questões relacionadas ao abuso infantil, tais como seus conceitos, de que forma pode ocorrer, quem são os envolvidos e como atuar diante de tais situações, identificando seus sinais de alerta.

Com relação as Intenções do Emissor do TA, além de buscar manter os objetivos do emissor do TF, facilitar o acesso da criança e do adolescente a este tipo de material informativo. Já o receptor do TF desta pesquisa abrange o público em geral, contudo o receptor do TA é formado pelo público infante juvenil surdo brasileiro. Portanto, a tradução deve levar em consideração as capacidades e limitações de compreensão desse público, a fim de atingir os objetivos para com os receptores do TA.

Outro fator extratextual a ser analisado é o meio, pelo qual as informações são divulgadas, em se tratando da cartilha, o seu conteúdo encontrasse no site do MPCE⁸ na forma de texto escrito e disponibilizado em PDF.

A cartilha traduzida destinada ao público infante juvenil surdo será disponibilizada em vídeo com o conteúdo sinalizado em Libras, além da utilização de recursos imagéticos relacionados ao texto base para a cultura alvo, com o intuito de facilitar a compreensão nas explicações.

No que tange ao lugar, a produção do texto e o lugar de recepção, tanto do texto base como do texto meta, foram realizadas no Brasil. O texto emissor da cartilha foi produzido no estado do Ceará pelo MPCE, mais especificamente. Contudo, a pretensão é alcançar a população surda infante-juvenil brasileira que carece desse tipo de informação retratada na cartilha. Dessa forma, faz-se necessário a propagação desse material por vias onde esse público possa ter acesso às informações visuais. Nesse sentido, o protótipo traduzido será

⁸ Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTILHA-iole%CC%82ncia-Sexual-contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf>.

disponibilizado em um canal no Youtube e disponibilizado na página do programa de Extensão TILSJUR⁹, meio esse comumente utilizado pela Comunidade Surda, de modo que o vídeo em Libras seja acessado de maneira fácil e clara.

Referente ao tempo, se tratando da produção da cartilha, não fica claro sobre a real data de sua produção e publicação, pois não se encontra de maneira explícita no material ou mesmo no site do MPCE. Contudo, é possível deduzir pela busca no site e pela matéria sobre sua disponibilização perante a população, uma vez que ao acessar a página do MPCE na guia mídias, a data que é apresentada é de 6 de dezembro de 2020, no dia seguinte é publicado uma matéria sobre violência sexual com posterior apresentação da cartilha produzida pela promotoria da MPCE, de modo que podemos inferir que o ano da cartilha é de 2020.

O período da produção da tradução, ou seja, do material traduzido em Libras, foram elaboradas nos anos de 2021 e 2022, o intervalo de tempo entre as produções do texto fonte e texto alvo foi de aproximadamente um ano, não havendo alguma alteração ou atualização das informações da cartilha até presente data.

Dessa forma, referente a categoria motivo, o propósito do MPCE com a cartilha *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias* é de munir a sociedade de informações relacionadas ao abuso infantil juvenil, para que de forma precoce seja possível tomar providências diante de situações que ferem a dignidade sexual da criança e do adolescente.

O Ministério Público do Ceará além de participar das investigações e do processo criminal, busca acolher as vítimas, garantindo o cumprimento dos seus direitos e encaminhando-as a órgãos que por sua vez poderão de forma multidisciplinar prestar auxílio a essas crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. Sendo assim, a cartilha possui um papel fundamental na propagação das informações necessárias para o conhecimento de todos.

A motivação do tradutor em levar a comunicação do texto fonte é, acima de tudo, fazer com que esse tipo de conhecimento chegue a um público que por sua vez não possui acesso a diversos tipos de informação veiculados nos mais diversos canais de comunicação. O público surdo carece de informações em Libras, de materiais, documentos, manuais, dentre outros produtos traduzidos para a sua língua, assim como a criança e o adolescente surdo que

⁹O Programa de Extensão TILSJUR – Tradutores e intérpretes de língua de sinais na esfera jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) busca colaborar, por meio da tradução e da interpretação, para que a interface Libras e o Judiciário tenha maior visibilidade social e acadêmico-científica. O objetivo principal do Programa de Extensão TILSJUR é promover ações voltadas à profissionalização e formação dos tradutores e intérpretes de línguas de sinais que atuam no meio jurídico.

necessitam com urgência saber reconhecer e a quem recorrer em casos de suspeita de violência contra a sua dignidade sexual, por isso a importância da veiculação dessa cartilha em Libras.

Referente à função textual, considerada um dos últimos elementos dos fatores extratextuais e muito importante para muitas abordagens de análises de textos orientadas para a tradução, de modo que é possível analisar a natureza linguística das composições textuais do gênero a ser traduzido.

A escrita do texto base apresenta uma sequência de enunciados onde o emissor do TB faz as suas colocações em 3ª pessoa quando o objetivo é trazer informações pertinentes e explicações sobre o enunciado, acompanhado de trechos com relatos das vítimas de violência sexual em 1ª pessoa. Esse tipo de escrita, cujo a linguagem não é adequada para o público a qual se destina a tradução contém uma série de termos e linguagens específicas que não fazem parte do repertório linguístico de crianças e adolescentes surdos, de modo que os recursos imagéticos presente no TB vem com o intuito de amenizar ou complementar o enunciado na cartilha.

A cartilha organizada estruturalmente em forma de documento online corrobora com a intenção do emissor levar a informação a todos, dessa forma a função textual do gênero cartilha no TB é: predominantemente injuntivo, descritivo, bem como dissertativo, apresenta sequências de um texto narrativo e por fim expositivo.

Durante o processo de tradução da cartilha, houve momentos em que foi preciso modificar a função linguística do TB em virtude do público-alvo. De maneira que o texto sinalizado necessita conter recursos imagéticos acompanhado de uma sinalização que foge um pouco a formalidade, cumprindo assim os objetivos com o receptor do TM. Portanto, a função textual passa a ter um maior predomínio narrativo, descritivo e expositivo.

Passando a categoria dos fatores intratextuais, assunto é um dos primeiros elementos. No caso do texto base, o próprio título *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias* remete ao tema da cartilha, uma vez que o assunto dessa cartilha é sobre violência sexual infanto juvenil, como identificar os sinais e como proceder diante de um caso.

Quanto ao conteúdo da cartilha é identificado através das informações centrais presentes no corpo do TB, assim como é possível a identificação através dos fatores extratextuais, extralinguísticos e implícitos e não implícitos.

Referente a pressuposição, as informações centrais do texto fonte são explicitados na capa da cartilha, onde o título “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias” é autoexplicativo, referindo ao tipo de informação a ser trabalhado no

texto, ou seja, pressupõem-se que a cartilha abordará um conteúdo que possa interessar pais, profissionais e principalmente as crianças e adolescentes que são os alvos desse tipo de violência. O título é acompanhado de um desenho de duas crianças, um menino e uma menina, sentados no chão com expressões faciais de tristeza e medo rodeados de brinquedos quebrados postos em um ambiente que parece ser um quarto com a porta semiaberta que traz uma espécie de luz externa ao ambiente escuro.

Figura 11 - Capa da cartilha



Fonte: Ceará (2021).

O desenho na capa da cartilha corrobora com o título, pois a imagem retrata como a violência com as crianças deixam marcas e traumas que vão acompanhá-las pelo resto de suas vidas. Os brinquedos quebrados representam a sua infância perdida, sua inocência violada, assim como o ambiente escuro retratado na imagem com o contraste de cores que demonstra o medo e a tristeza em seus rostos inocentes.

Ao longo do texto base o emissor coloca diversas figuras que de certa forma resumem o enunciado ou possuem uma relação estreita com as palavras chaves do texto. Sendo assim, é importante que na transposição para o texto em Libras, tais recursos imagéticos apareçam para que as lacunas que surgirem sejam preenchidas, pois devido as características peculiares do receptor do texto alvo, alguns trechos podem não ser facilmente compreendido.

No que tange à estruturação, no caso da cartilha do MPCE, o texto se estrutura por meio de marcações verbais e não verbais, divididos em seções enumeradas. Cada seção segue o enunciado acompanhado de um quadro com um texto narrativo corroborando com o a

informação referente aquela seção. Na tradução, segue-se com a progressão textual lógica objetivando esclarecer por meio da Libras separar os textos descritivos dos comentários nos textos narrativos.

Considerando os elementos não verbais no nosso objeto de estudo, tanto no texto base como no texto meta, o texto verbal e não verbal tem uma relação inseparável, ambos se complementam e não há oposição. As imagens inseridas na cartilha estabelecem uma relação com a informação do texto, por vezes realizando uma função amenizadora, dado conteúdo que poderá gerar um certo desconforto nos leitores, assim como facilitar a compreensão por parte do público surdo que consumir a cartilha.

Nord (2016) chama atenção para os elementos não verbais, uma vez que são específicos para cada cultura e em um contexto de análise do TB orientada a tradução, o tradutor deverá descobrir quais elementos não verbais do TB poderão ser mantido no TM e quais desses deverão ser modificados, adaptando se a cultura alvo. No caso da tradução para a Libras, o tradutor deverá ficar atento para quais elementos imagéticos irá constar no TM, bem como as vestimentas, cenários e outros elementos visuais que pertencem a cultura surda.

Referente ao léxico, de modo geral, as escolhas lexicais do TF mostram o modo estilístico do texto. As características que marcam a escrita compõem uma linguagem mesclada com a utilização de uma terminologia mais técnica caracterizada por um texto injuntivo, na qual orientam o leitor sobre o que deve e o que não deve ser feito, ao passo que nos quadros com as histórias de vítimas relatadas em 1ª pessoa, o texto tem um foco mais narrativo com uma linguagem mais próxima do público-alvo desse trabalho.

Embora a linguagem da cartilha seja voltada para o público em geral, percebe-se a necessidade de adequar a linguagem para o público surdo leigo, necessitando assim adequar os léxicos do TB que precisam de adaptações no processo de tradução para o TM, alguns deles são: *Sexting*; *Sexcasting*; *Sextosión*; *Grooming*; *Slutshaming* (ou *slut-shaming*); *Stalking*; *Cyberstalking*¹⁰. No processo tradutório desses léxicos, é importante utilizar legenda desses termos logo abaixo do tradutor concomitantemente com a explicação sinalizada e contextualizada, acrescida de imagens como complemento de seu significado.

Com relação à sintaxe, o texto fonte da cartilha tem como característica principal em relação a sintaxe o predomínio de parágrafos longos, com orações simples e compostas. O texto

¹⁰ Os termos destacados no TB são apresentados em inglês dispostos em uma tabela com a descrição do seu significado. Vide página 20, disponível: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTILHA-Viole%CC%82ncia-Sexual-contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf>.

ainda apresenta enumerações de temas e orientações acerca do que fazer em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, além de apresentar marcas formais e informais ao longo da escrita.

Esse é um elemento que se destaca também nas características suprasegmentais. Alguns léxicos do texto escrito serão representados em caixa alta, a exemplo de “ABUSO” e “VÍTIMA”, que quando citados terão um enfoque no momento da sinalização. Outros registros na escrita virão entre parênteses a fim de descreverem os significados que possivelmente poderão ser desconhecidos por parte do público como é o caso de *sexcasting* (troca de mensagens eróticas) e *stalking* (perseguição obsessiva).

No processo tradutório para a Libras, os registros do TB passarão por algumas modificações até chegar no TM, uma vez que para contemplar a prosódia e a entonação nas características suprasegmentais e assim aproximar o público surdo infanto-juvenil das informações da cartilha, será modulado por meio dos parâmetros da Libras, do uso de classificadores e recursos visuais.

A tradução funcional permite que o tradutor possa modificar certos elementos culturais do texto base na língua original e transpor esses elementos de modo que façam sentido na cultura alvo, no caso a cultura surda. Assim, os surdos poderão não somente compreender as informações, mas também agir de forma preventiva quando se depararem com alguma situação estranha.

3.2 Percursos da tradução comentada

A primeira etapa do trabalho consistiu em fazer um levantamento de produções em Libras que abordem essa temática com o intuito de verificar a existência de possíveis sinais termos que poderiam ser utilizados para dentro da tradução da cartilha, bem como as escolhas feitas pelos tradutores. Os vídeos foram pesquisados no Youtube com os seguintes descritores “Libras”, “violência sexual”, e “crianças”. Nesse sentido selecionamos 6 vídeos que abordam especificamente o tema violência sexual infanto-juvenil e que possuam características mais próximas ao produto desta pesquisa.

Quadro 3 - Vídeos levantados a partir da pesquisa no YouTube

Ano	Canal	Título	Link
2016	Hélio Fonseca	Um alerta para as Crianças e Adolescentes- Libras	https://youtu.be/aHx6KAjkg4Y
2017	Plenarinho: O jeito criança de ser cidadão	Isabela Todabela - aprenda a identificar o abuso sexual (Libras)	https://youtu.be/uy_HIR5cQFI
2018	Ceron	Libras - Violência Infantil	https://youtu.be/Ba2n1w0PZrU
2020	Fafá conta histórias	PIPO E FIFI - prevenção de violência sexual para crianças Fafá Conta com acessibilidade em LIBRAS	https://youtu.be/MekZv4XOkk0
2020	Prof Enfa Emanoela Bezerra	ABUSO SEXUAL - LIBRAS	https://youtu.be/30OkWIuRIId8
2021	TJPA Oficial	Combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes - Libras	https://youtu.be/rA6cbgCYjSc

Fonte:

Após a leitura da cartilha e da análise dos vídeos selecionados, realizamos uma primeira versão da tradução e nela buscamos adequar os elementos da cartilha para a modalidade da Libras, objetivando tornar acessível para as comunidades surdas falantes da Língua Brasileira de Sinais em especial ao público infanto-juvenil surdo. Na terceira etapa nos debruçamos em tornar a tradução esteticamente compatível com a cartilha traduzida, incluindo elementos imagéticos que se aproximam do TB, além de buscar adequar as escolhas tradutórias para a produção da versão final.

3.4 Memórias sobre a tradução

A tradução em Libras da cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias” e a produção do vídeo foi realizada no mês de julho de 2022 na Universidade Federal do Piauí. Para a realização da tradução da cartilha escrita em português para a Libras, foram analisadas detalhadamente os fatores extratextuais e intratextuais que envolvem tecnicamente o texto base e o texto meta, seguindo as orientações de Nord (2016).

Após isso, os dados coletados foram organizados e separados por capítulos e relatos e posteriormente organizados em uma tabela.

O tradutor utilizou-se de alguns recursos que facilitaram o processo de tradução, como a projeção dos textos em glossa na parede, concomitantemente com o áudio do texto a ser traduzido reproduzido através do equipamento. A sequência tradutória dos capítulos e dos relatos ocorreu de forma que, a cada dia eram traduzidos dois capítulos, onde eram vistos e revistos e posteriormente regravados quando havia algum sinal ou sinalização que não encaixava com o corpo do texto. Os relatos foram deixados por último pois precisariam de mais dedicação na tradução.

Figura 12 - Tradução da Cartilha – Sem Edição



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 13 - Tradução da Cartilha - Editado



Fonte: elaborado pelo autor.

Todos os registros foram gravados em uma câmera de vídeo Sony Série HDR-SR, no laboratório de vídeo do prédio do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Piauí. Apenas o tradutor participou de todo o processo, desde a gravação, edição, produção e finalização da tradução da cartilha em Libras. É válido ressaltar que para a realização de um trabalho como esse é necessário a presença de uma equipe mista que possa atuar tanto no processo da tradução como na parte técnica, a fim de poder explorar ainda mais a temática bem como preservar a qualidade da tradução.

Um dos grandes desafios presentes no processo tradutório dessa cartilha reside no fato de que a cartilha trabalha com relatos de crianças e adolescentes que passaram por situações de violência sexual, tornando o processo de tomada de decisão ainda mais difícil, uma vez que a tradução envolvendo línguas de modalidade diferente, como no caso das línguas de sinais, o tradutor é exposto e de certa forma ao tomar o lugar da vítima durante a sinalização, surge o desconforto em estar naquele lugar.

E isso é importante, pois gera um nível de conscientização por parte do tradutor que por vezes não possui familiaridade em relação a temática do abuso, da violência sexual contra crianças e adolescentes e isso contribui para o desenvolvimento humano e uma vez que esse material é traduzido para a Libras, poderá ser utilizado como material didático em algumas esferas sociais.

Outro fator que mexeu com o tradutor durante o processo de tradução, reside no fato do tradutor ser homem e como bem enfatizado na cartilha, a maior parte dos abusos, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por homens. De certa forma isso acaba por gerar diversas inquietações que são fundamentais não somente para o desenvolvimento pessoal do tradutor, mas também traz à tona uma série de outras questões que estão relacionadas a tradução. É certo que, na maioria dos casos, o abusador é do sexo masculino (cerca de 81,6% quando as vítimas são crianças e cerca de 92,4% quando as vítimas são adolescentes) (CEARÁ, 2021, p.12).

Tal fato nos leva a refletir que não somente na interpretação, onde a situação da comunicação influencia o comportamento do intérprete, mas o texto escrito também pode provocar uma série de reações que poderão influenciar na tomada de decisão durante o processo tradutório. A escolha por continuar com a temática, mesmo gerando inquietações e desconfortos, é porque é necessária, a cartilha precisa chegar à comunidade surda em especial aos pais surdos, familiares surdos, educadores surdos que irão consumir o conteúdo traduzido e por sua vez poderão prevenir-se de possíveis situações de violência sexual envolvendo as crianças surdas ou mesmo tomar alguma atitude frente a esses problemas.

No quadro a seguir temos alguns registros do processo de sinalização e gravação da cartilha, resgatados da memória do tradutor, no qual traz algumas considerações e inquietações no período da gravação.

Como sistemática da pesquisa em “tradução comentada” a literatura tem indicado alguns instrumentos de pesquisa, como: “diário de tradução, divisão em unidades de tradução, construção de tabelas com as diversas fases da tradução, entre outras”. Mais especificamente sobre o registro do processo de tradução, “os procedimentos da pesquisa e os modos de registro dos comentários produzidos pelos tradutores [podem ser] diário, fichas, caderno de anotações” (ALBRES, 2020b, p. 84). Nesse sentido, organizamos um “caderno de memórias” como um instrumento criado nesta pesquisa.

Quadro 4 - Caderno de Memórias sobre a Tradução

Dia/Hora	Capítulo	Trechos	Considerações
Segunda – feira / 8h- 12h	O que é violência sexual infantil?	<p>“Ele (o abusador) vinha fazendo aquilo comigo havia um tempo, e eu não entendia o que aquilo significava, pois tinha 5 anos apenas. E daí comecei a perceber, por volta dos 11 anos, talvez nas aulas de educação sexual, que era daquele jeito que se fazia um bebê.” (Relato de uma vítima de abuso infantil)</p> <p>“Mãe, como ele fazia ameaças de morte para eu não contar o que aconteceu, ele mexia em tudo o que era parte do meu corpo. Teve um dia que eu fugi. (...), ele me encontrou e me levou para a casa dele. Ele me obrigou a deitar na cama dele e tirar a roupa. Ele também tirou e fez coisas.” (Carta de uma vítima de abuso infantil)</p>	<p>No primeiro dia de gravação senti o primeiro impacto no tocante a sinalização, algo que já havia imaginado que não seria fácil durante a tradução do texto para as glossas. Quando me deparei com os relatos das vítimas no primeiro capítulo senti um desconforto grande, pois durante a sinalização nos colocamos no lugar do outro e a todo tempo vinha em minha memória os pensamentos “e se fosse com alguém próximo a mim, meus afilhados, sobrinhos, primos...”, precisei pausar a gravação por 20 minutos, para reorganizar as ideias e sinalizar aqueles trechos.</p> <p>Os demais parágrafos consegui sinalizar de forma direta, sem muitas pausas.</p> <p>Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.</p>
Segunda – feira / 14h- 20h	Por que falar sobre violência sexual contra	<p>“A Organização Mundial de Saúde estima que apenas 01 em cada 20 casos de abuso chega ao conhecimento dos órgãos de</p>	<p>O capítulo dois também conta com relato de vítima, mais curto, porém me fez refletir sobre a necessidade</p>

	crianças e adolescentes?	proteção à infância. Logo, das 640.000 (seiscentas e quarenta mil) crianças e adolescentes violentados sexualmente em 2018 no Brasil, apenas 32.000 (trinta e dois mil) casos foram apurados. Isso significa que os outros 608.000 (seiscentos e oito mil) abusadores permanecem livres de qualquer punição e, o que é pior, livres para continuarem destruindo a infância de milhões de crianças e adolescentes ao longo de muitos e muitos anos”	de se ter uma equipe mista para a tradução de materiais, principalmente quando abordam assuntos como esse. As vezes refletia sobre se a minha presença em determinados trechos do material geraria algum desconforto. No trecho destacado precisei regravar algumas vezes devido a sinalização dos números, foi necessário projetar esse trecho com auxílio de um data show para poder sinalizar sem esquecer algum dado importante. Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.
Terça -feira / 8h-12h	Quem são as vítimas?	“Às vezes, até mesmo nos domingos quando estávamos na igreja, ele me levava até a sala da caldeira e me violentava ali. Ele me diz que Deus lhe ordenou que fizesse isso, que era correto, que era isso o que eu precisava para aprender a ser uma verdadeira mulher. Ele me disse que Deus lhe ordenou que me ensinasse sobre essas coisas” (Relato de uma vítima de abuso infantil)	A sinalização deste trecho no capítulo três foi um dos que mais tive dificuldades em realizar, me senti enjoado por uma situação dessas ocorrer em um local onde as pessoas deveriam ir para buscar a Deus e congregar, ler um relato desses aonde alguém usa uma justificativa horrível dessas para cometer abuso com uma criança inocente é de revoltar. Precisei regravar algumas vezes, pois perdia o foco durante a sinalização e acabava errando. Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.
Terça -feira / 14h-18h	Onde ocorre a violência sexual e quem são os abusadores?	“Fui violentada na infância por quem mais deveria me proteger, meu pai. Sinto um misto de nojo e vergonha até hoje ao lembrar. Assim que minha mãe saía para trabalhar, ele me chamava para a cama dele, onde me alisava e me obrigava a acariciá-lo.” (Relato de uma vítima de abuso infantil)	O capítulo quatro traz a figura do pai em um dos relatos como o abusador e o homem como maior responsável segundo as estatísticas pelos casos de abuso e violência sexual contra crianças e

		<p>“É certo que, na maioria dos casos, o abusador é do sexo masculino (cerca de 81,6% quando as vítimas são crianças e cerca de 92,4% quando as vítimas são adolescentes). Deve ficar claro, porém, que mulheres também podem assumir o papel de abusador. Até mesmo crianças maiores e adolescentes são capazes de praticar atos de abuso sexual, bastando que estejam em um estado psicossocial mais avançado que o da vítima”</p>	<p>na sala onde estava gravando, havia o técnico do laboratório com o seu filho, pouco mais de 4 anos de idade, ele me ajudou a preparar a câmera para a gravação. Eu havia pedido para que ele fizesse a leitura do capítulo pois não tive acesso ao Datashow nesse dia. Durante a leitura ele fez algumas pausas e olhava para o filho, o que em ocorreu em algumas regravações. Ao ser questionado ele mencionou que não conseguia compreender como alguém possa cometer um ato como esse e ainda mais sendo pai. A temática certamente impacta as pessoas.</p>
<p>Quarta-feira / 8h-9h30</p>	<p>Quais os direitos de crianças e adolescentes?</p>	-	<p>O quinto capítulo foi gravado mais rápido e sem dificuldades aparente. Um dos menores da cartilha e com informações diretas.</p> <p>Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.</p>
<p>Quarta-feira / 15h-18h30</p>	<p>Como orientar crianças e adolescentes?</p>	<p>“O infante deve saber que pode dialogar com seu responsável sobre qualquer assunto, sem temas proibidos. Isso possibilitará que ele identifique condutas “estranhas” e busque socorro junto aos pais e responsáveis, narrando- -lhes todas as atitudes suspeitas de terceiros.”</p>	<p>A partir deste trecho no capítulo 6 foi necessário regravar devido a memória cheia do cartão.</p> <p>A sinalização deste capítulo seguiu mais tranquila, acredito que por estar mais familiarizado com a temática, mesmo com os trechos de relatos que de certa forma impacta nas escolhas tradutórias, o dia seguiu sem precisar regravar algum trecho.</p> <p>Para a gravação neste dia não tive acesso ao Datashow devido a problemas técnicos, utilizei somente a reprodução do áudio gravado e coleí alguns papeis no</p>

			corpo do tripé da câmera com alguns trechos em glossas.
Quinta – feira / 8h- 11h30	Os perigos da Internet	“Descrição das principais modalidades virtuais de abuso e exploração sexual”	O capítulo sete é um dos capítulos longos da cartilha, apresenta um relato de vítima, informações e orientações sobre os perigos da internet e traz também um quadro com os termos das práticas realizadas de forma virtual que são classificadas como abuso ou violência sexual. Como não havia sinais em libras para os termos que se encontram em inglês, utilizei da soletração manual seguida da descrição sinalizada. Utilizei folhas de papel com os termos escritos para a soletração manual.
Quinta – feira / 14h- 18h	Sinais de alerta apresentados por crianças e adolescentes abusados	-	O capítulo oito foi gravado sem dificuldades. Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.
Sexta – feira / 8h- 11h30	Sequelas e consequências do abuso sexual	“Engravidar aos 11 anos, após ser vítima de vários abusos praticados por meu professor. Ele me obrigou a abortar. Se contasse a alguém os abusos ou a gravidez, ele dizia que mataria minha família. Como consequência da gravidez precoce e das violações, cortei todo meu corpo e me castiguei fisicamente o quanto aguentava. Nunca mais pude engravidar.” (Relato de uma vítima de abuso infantil) “Quando era abusado, saia do meu corpo. Minha consciência e pensamentos iam para longe, para lugares onde não havia aquele horror. Ficava lá apenas meu corpo vazio, sem alma. A ideia de que me matar seria uma solução me acompanhou por um longo tempo”. (Relato de uma vítima de abuso infantil)	No capítulo nove, tive dificuldades para sinalizar os dois relatos, no primeiro por entender que eu não deveria como homem sinalizar um relato que de certo modo poderia causar um desconforto em vítimas que passaram por situações parecidas. Entendendo a importância de outros profissionais, surdos, surdas, e ouvintes participarem nesse tipo de trabalho. No segundo, além de ser um relato bastante forte, tive dificuldades quanto ao processo de escolha dos sinais, ocorrendo na regravação deste trecho diversas vezes. Para gravação foi utilizado a data show com projeção das glossas e a

			reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.
Sexta – feira / 14h- 16h30	Como agir ao tomar conhecimento ou suspeitar de um abuso?	-	O último capítulo foi gravado sem dificuldades. Para gravação foi utilizado o data show com projeção das glossas e a reprodução do áudio gravado do capítulo pelo celular.

Fonte: elaborado pelo autor.

No sábado e no domingo foram realizados o processo de revisão e edição do vídeo a ser disponibilizado no *Youtube*, é valido ressaltar que para um trabalho como esse se torne necessária a presença de uma equipe de tradução composta por homens e mulheres, surdos e ouvintes, para que seja possível entregar uma tradução mais condizente com o perfil do público-alvo.

É importante lembrar que diferente das traduções de línguas orais onde o tradutor é invisível, a tradução para as línguas de sinais é corporificada, ou seja, nos vemos o tradutor nas produções, o que de certa forma pode gerar algum impacto no interlocutor a depender do tipo de informação traduzida. Após realizada a tradução e edição com todos os elementos extratextuais, o material será disponibilizado através de um link e postado no *Youtube* no canal pessoal do tradutor, para a comunidade em geral.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TRADUÇÃO COMENTADA

Neste capítulo apresentaremos a análise e discussão qualitativa da tradução comentada da cartilha *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias*, assim como o resultado das estratégias e adequações para a Libras dos textos da cartilha. Destacamos nessa seção informações gerais sobre a cartilha, os autores e o contexto histórico da obra, bem como as análises sobretudo dos aspectos linguístico-discursivos dos relatos das vítimas e dos elementos estéticos, seguindo a metodologia da tradução comentada como estudo de caso.

4.1 Aspectos gerais sobre a cartilha

O texto base desta pesquisa está inserido dentro do gênero cartilha educacional e jurídica, dado as suas características como mencionado no 2.2 deste trabalho. De modo que o TB é marcado pela retextualização dos preceitos legais acompanhados de recursos imagéticos com o intuito de tornar o texto mais agradável para leitura e fixação do conteúdo legal.

Quadro 5 - Análise do Texto Base

MODELO DE CHRISTIANE NORD			
Cartilha Violência Contra Criança e Adolescente: O Silêncio que Destrói Infâncias			
	TEXTO BASE: Português	TEXTO META: Libras	
	ANÁLISE DO TEXTO BASE	TRANSFERÊNCIA	PERFIL DO TEXTO META
FATORES EXTRATEXTUAIS			
EMISSOR	MPCE	Texto de partida: Cartilha Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes Texto de chegada: Tradutor de Libras	cartilha online em pdf

INTENÇÃO	esclarecer questões relacionadas ao abuso infantil.	As informações precisam ser adequadas para o público surdo infanto-juvenil	orientar didaticamente sobre os sinais e como proceder em caso de violência sexual.
PÚBLICO	público em geral	Linguagem não comum ao público surdo infanto-juvenil → compensar deficiências	público infanto-juvenil surdo
MEIO	cartilha online em pdf	diferenciar os momentos de fala dos personagens do enunciado através da modulação de cores do vídeo	texto em Libras: tecido azul de plano de fundo, figurino cor neutra em contraste com a parede, instrumento de acesso via QR-Code, Youtube.
LUGAR	Brasil	Texto de partida: cartilha Texto de chegada: canal no Youtube	Brasil, Fortaleza
TEMPO	2020	Informações não atualizadas	Produção: 1º semestre de 2022 Recepção: 2º semestre de 2022
MOTIVO	Instruir	Fator irrelevante	Proporcionar o acesso as crianças e adolescentes surdas a informações que serão fundamentais para sua qualidade de vida.
FUNÇÃO	Função referencial, narrativa, descritiva e injuntiva	Uso de imagens correspondentes ao texto	função conativa

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 6 - Perfil do Texto Meta

MODELO DE CHRISTIANE NORD Cartilha Violência Contra Criança e Adolescente: O Silêncio que Destrói Infâncias

	TEXTO BASE: Português	TEXTO META: Libras
--	---------------------------------	------------------------------

	ANÁLISE DO TEXTO BASE	TRANSFERÊNCIA	PERFIL DO TEXTO META
FATORES INTRATEXTUAIS			

ASSUNTO	Violência sexual infanto-juvenil	assunto comum as culturas fonte e alvo	Violência sexual infanto-juvenil → pressuposições
CONTEÚDO	Seções do texto	Título, enunciados, depoimentos e orientações.	Informações completas de acordo com a função textual e cultura alvo.
PRESSUPOSIÇÕES	Conteúdo relacionado a violência sexual infanto-juvenil Pressuposição linguística (posto, pressuposto e, de forma marginal, subentendidos). Cada frase tem elementos pressupostos, mas marcadamente, este material informa sem dizer nomes e partes do corpo.	Explicar termos que não são comuns na cultura alvo	Pressupõe-se que o público-alvo tenham ou não conhecimento relacionado a temática abordada.
ESTRUTURAÇÃO	Seções enumeradas	Progressão textual lógica das informações	De acordo com a função textual e o mais claro possível.
ELEMENTOS NÃO VERBAIS	Diagramação, cores empregadas, fontes e tamanho das letras.	Elementos visuais, pertencentes a cultura surda	Imagens, cenário, figurino, legenda
LÉXICO	Sexting; Sexcasting; Sextosión; Grooming; Slutshaming (ou slut-shaming); Stalking;	Legendas em português; sinalização; imagens	Explicação sinalizada e contextualizada, acrescida de imagens de cunho informativo

	Cyberstalking		
SINTAXE	Texto escrito	Texto adaptado	Texto sinalizado
ELEMENTOS SUPRASSEGMENTAIS	Língua portuguesa em sua formalidade	Libras: entonação e prosódia	Adaptações culturais
EFEITO DO TEXTO	Informativo	Educar e preparar as crianças e adolescentes surdos	Saber reconhecer os sinais de abuso, como proceder e a quem recorrer.

Fonte: elaborado pelo autor.

A cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes – O silêncio que destrói infâncias”, explora questões relacionadas ao abuso infantil e abrange relatos de abuso, sinais de alerta, orientações sobre como proceder em casos de violência infantil, e diversos outros tópicos que poderão ajudar de forma preventiva o leitor leigo a reconhecer os sinais. A violência sexual infanto juvenil, é um assunto pouco enfatizado e presente no cotidiano, é uma transgressão aos direitos humanos, de modo que a informação sobre esse tipo de violência necessita ser propagada para combatê-la.

Sendo assim, a cartilha entra como um material informativo que pode ser facilmente aplicado em diversos contextos sociais, a fim de gerar um impacto na sociedade, tendo em vista que a violência sexual de crianças e adolescentes é crescente no mundo todo. Sendo assim, explorar essa temática, disseminar informações acerca do que pode ser feito, torna-se oportuno para que se possa sugerir medidas de enfrentamento e de cuidado com a vítima.

A cartilha foi produzida em 2020 em resposta ao crescente número de casos registrados no Brasil, segundo o Relatório 2019, divulgado pelo Governo Federal, a violência contra crianças e adolescentes representa 55% do total de denúncias recebidas pelo Disque 100, de modo que a violência sexual ocupa o 4º lugar em número de incidentes. De 2011 a 2018, de acordo com o balanço geral do Disque 100 houve mais de 191 mil queixas de violência sexual infantil, sendo que 32 mil casos ocorreram em 2018.

Nesse sentido, através da campanha realizada na “Semana Estadual de Prevenção e Combate à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” pelo MPCE, com o intuito de sensibilizar a sociedade para a proteção e combate à violência sexual infanto-juvenil, que a cartilha foi criada. O material foi elaborado pelo promotor de Justiça Jucelino Oliveira Soares e pelo técnico ministerial Francisco de Moraes Alencar Filho, com a colaboração do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e da psicóloga do CAOPIJ Rebeqa Pinheiro Araújo de Oliveira.

Figura 14 - Foto dos Elaboradores da Cartilha - Jucelino Oliveira Soares e Francisco de Moraes Alencar Filho



Fonte: Plataforma lattes.

Jucelino Oliveira Soares possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2009) e especialização em Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Estadual do Ceará (2018). Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.¹¹

Francisco de Moraes Alencar Filho possui graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri (2012) e especialização em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Regional do Cariri (2013). Atualmente é Delegado de Polícia Civil da Polícia Civil do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.¹²

Figura 15 - Foto da Colaboradora na elaboração da Cartilha



Fonte: Perfil do instagram (@rebekepinheiropsicologa)

Rebeka Pinheiro Araújo de Oliveira possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). É mestre em Saúde com ênfase na área da criança e adolescente pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Psicologia Organizacional pela mesma universidade. Especialista em neuropsicologia e psicologia hospitalar, com

¹¹ Currículo *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4937045869195163>.

¹² Currículo *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0332909049468627>.

formação em Psicodrama e em Terapia EMDR. Possui experiência e atuação em psicologia clínica, da saúde, organizacional e jurídica. Pesquisadora nas áreas de psicologia e saúde e saúde mental.¹³

Figura 16 - Foto do Tradutor da Cartilha



Fonte: Plataforma lattes.

A obra foi traduzida por Rhuan Lucas Braz Silva, discente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução – POET /UFC, em julho de 2022, como produto de sua dissertação. O tradutor também exerce função docente na Universidade Federal do Piauí nas disciplinas de Libras e Literatura em Língua de Sinais.¹⁴

De modo geral, podemos observar que com base na análise previa das imagens e textos que compõem a cartilha do MPCE, subentende-se que foi produzida para adultos, pais, educadores e familiares. Os autores afirmam que,

diante de tais indagações, a presente cartilha tem por objetivo esclarecer questões relacionadas ao abuso infantil, tais como seus conceitos, de que forma pode ocorrer, quem são os envolvidos e como atuar de maneira preventiva, identificando seus sinais de alerta. (CEARÁ, 2021, p. 3).

4.2 A tradução e seus comentários

Para darmos início as análises, disponibilizaremos o link com a cartilha completa e a tradução.

¹³ Currículo *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6557580838942963>.

¹⁴ Currículo *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7362282974688262> .

Quadro 7 - Texto da Cartilha em Língua Portuguesa e em Libras

<p>Texto base (Cartilha)¹⁵</p>	 <p>O que é violência sexual infantil?</p> <p>A violação sexual de crianças e adolescentes ocorre quando estes são utilizados como meio para satisfação de qualquer tipo de desejo ou finalidade sexual de adultos e adolescentes mais velhos, mesmo que não haja contato físico ou prática de ato sexual propriamente dito.</p> <p>Também está presente nas ações que visam, direta ou indiretamente, a corromper ou explorar a sexualidade dos infantes, independente de haver pagamento, finalidade de lucro ou permanência da(s) conduta(s). Um único ato, por mais simples ou sem importância que possa parecer no mundo adulto, pode representar uma violência sexual consumada!</p> <p>A vontade ou a permissão da criança ou adolescente em participar de atividades que violem sua dignidade sexual estão longe de significar um sinal verde para essas ações ou a exclusão dos crimes e demais ilícitos, pois, na condição de pessoas em desenvolvimento, elas não têm maturidade para consentir algo que está completamente fora do universo infantil.</p> <p>Aliás, muitas crianças sequer percebem a situação abusiva a que estão sendo submetidas, devido a sua pouca idade e condição de inocência. É comum chegarem à Justiça casos em que a criança ou o adolescente abusado não tinha compreensão da violência sexual ou não sabiam o que estava sendo feito com eles, até o momento em que o abusador é preso.</p> <p>"Ele [o abusador] vinha fazendo aquilo comigo havia um tempo, e eu não entendia o que aquilo significava, pois tinha 5 anos apenas. E daí comecei a perceber, por volta dos 11 anos, talvez nas aulas de educação sexual, que era daquele jeito que se fazia um bebê." (Relato de uma vítima de abuso infantil)</p> <p>4</p>
<p>Texto meta (vídeo)¹⁶</p>	 <p>UFC</p> <p>Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - O Silêncio que Destrói Infâncias</p> <p>que é violência sexual infantil?</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

O texto da cartilha que posteriormente foi traduzido para a Libras não é apenas um texto puramente escrito, podemos identificar elementos multimodais que exercem também influência para a compreensão do conteúdo. Nesse sentido, buscamos no vídeo da tradução em Libras nos aproximar esteticamente da cartilha escrita, seguindo os padrões de cores, imagens dentre outros elementos significantes.

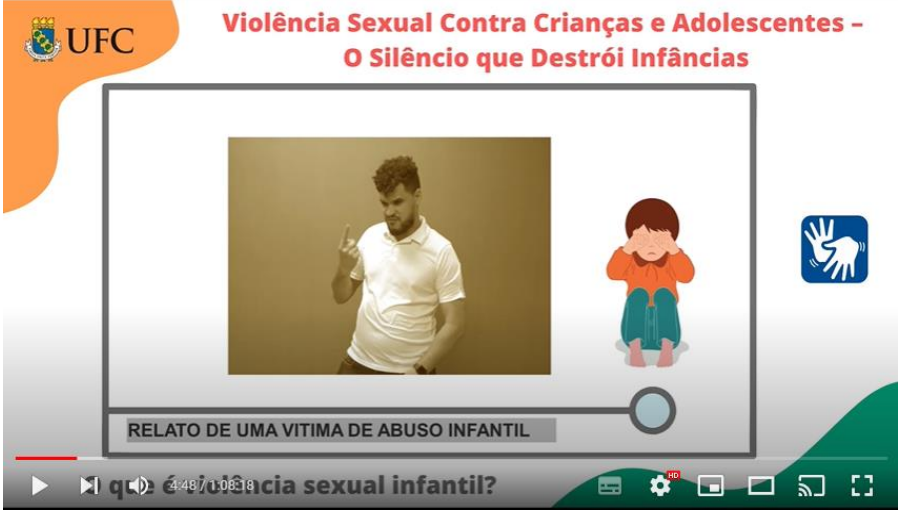
¹⁵Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTILHA-Viole%CC%82ncia-Sexual-contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf>. (p. 4).

¹⁶ Disponível em: [https://youtu.be/5jcsX06dgWg_\(03:00' - 05:00'\)](https://youtu.be/5jcsX06dgWg_(03:00' - 05:00')).

Albres (2016) pontua que a construção do significado multimodal é usada intensamente para fins educativos, como podemos identificar nos materiais didáticos, o que inclui a nossa produção, ou seja não podemos apenas focar no conteúdo verbal, devemos englobar todos os elementos que constituem o material.

Como podemos ver no Quadro 4, procuramos tornar o vídeo em Libras semelhante a página da cartilha, preservando alguns elementos que estão presentes no TB, para que de certa forma possa contribuir para a compreensão do interlocutor.

Quadro 8 - Relato da Vítima em Libras e Língua Portuguesa

<p>Texto base (Cartilha)</p>	<p style="text-align: center;">“Ele (o abusador) vinha fazendo aquilo comigo havia um tempo, e eu não entendia o que aquilo significava, pois tinha 5 anos apenas. E daí comecei a perceber, por volta dos 11 anos, talvez nas aulas de educação sexual, que era daquele jeito que se fazia um bebê.” (Relato de uma vítima de abuso infantil)</p> <p style="text-align: center;">(p. 04)</p>
<p>Texto meta (vídeo)¹⁷</p>	

Fonte: elaborado pelo autor.

¹⁷ Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg_\(04:47'-05:08'\)](https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg_(04:47'-05:08'))

Ao longo do TB da cartilha nos deparamos com balões de cor laranja que marcam as narrativas pessoais das vítimas de abuso sexual, e para ilustrar as falas das vítimas, durante a edição foi decidido que mudaríamos a cor da janela do intérprete e o uso da camisa preta para a branca, na tentativa de representar a fala das vítimas. Foi inserido também uma imagem de uma criança sentada esfregando os olhos (quadro 5) para ilustrar ainda mais o momento da fala da vítima.

Nos textos visuais, as cores desempenham funções específicas que podem ser separadas em dois grupos: um que compreende as sintaxes e as relações sistemáticas, como organizar, chamar a atenção, pôr em destaque, hierarquizar informações, direcionar a leitura dentre outros exemplos, e outro que compreende as relações de significação, como ambientar, simbolizar, conotar e denotar (GUIMARÃES, 2003). Dessa forma, a simples organização das informações através das cores pode também transferir significados e valores para cada grupo de informação que aquela cor foi subordinada.

Observamos no quadro 5 a disposição no layout entre vermelho, laranja, verde e branco, a cor vermelha foi escolhida para marcar o título da cartilha traduzida com o intuito de pôr em evidência o tema, chamando a atenção do telespectador para o problema que está sendo discutido. O contraste com as demais cores no quadro a priori foi para manter a coerência com as cores na cartilha, contudo, é possível repensar em cores mais frias por se tratar de uma obra que deverá circular entre o público infanto-juvenil.

A janela de sinalização, por sua vez apresenta uma variação na saturação de cores, trabalhamos com tons de sépia, quebrando a sequência colorida do conteúdo sinalizado. A ideia em trabalhar esses elementos visuais durante os relatos foi para destacar ainda mais essas narrativas e buscar aproximação com os relatos que vemos na TV, onde temos uma mudança de ambiente, ou uma tela mais escura, desfocada, ou mesmo com outras cores para retratar algo que ocorreu.

Para Guimarães (2003) este tipo de configuração na imagem é comumente utilizado pela mídia para representar a realidade “crua”, de modo a atribuir maior fidelidade à informação, como se a cor fosse apenas a embalagem do conteúdo da informação. O autor ainda afirma que todas essas variações de croma ou saturação nos dizem muito mais que simplesmente ter ou não ter opção pela cor, essas configurações apresentam um caráter significativo e é concretizado em textos que são primariamente narrativos. Uma vez que esses textos designam o que ocorreu no passado, o que acontece agora ou o que se espera no futuro, esses textos contam histórias (GUIMARÃES, 2003, p.84).

O uso da figura com o garotinho sentado com as mãos nos olhos foi utilizado para dar maior ênfase ao momento da sinalização que representa uma narrativa mais delicada, de modo a representar de maneira figurativa a vítima em questão, as cores verde e laranja que combinam com o cenário do layout foram puramente coincidência, ao longo do vídeo nos deparamos com outras figuras que assim como esta procuram retratar a vítima que narra a história, contribuindo para a construção semântica deste momento da sinalização, que traz a fala real da vítima.

É comum que as cartilhas utilizem elementos semióticos (imagens, cores, formatação do texto) para facilitar a compreensão por parte do leitor, de modo que o tradutor que trabalhará com esse tipo de material precisa perceber esses elementos em conjunto, compreender a intenção do emissor para o receptor conforme a disposição dos elementos verbais e não verbais no texto. A disposição da figura do garotinho ao lado da janela do intérprete, assim como outras imagens que surgirão durante a sinalização é para dar ênfase a informação que está sendo sinalizada.

Conforme Baptista (2015) a dificuldade em lidar com os elementos não verbais está ligada ao fato de que os estudos da tradução se institucionalizaram como uma disciplina “monomodal¹⁸ e autônoma”, com enfoque para os textos verbais escritos. As abordagens anteriores pautadas na linguística que constituíram os estudos da tradução, mostraram-se insuficientes perante a complexidade do processo tradutório.

Pode se constatar que houve uma demora por parte dos pesquisadores em estudos da tradução em reconhecer a importância da multimodalidade para esta disciplina, mesmo com o desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas questões que implicam na dificuldade de sistematização dos conceitos para as demais áreas dentro dos estudos da tradução (BAPTISTA, 2015).

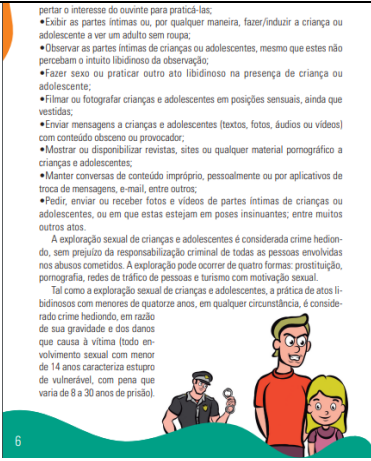
Em outro momento a autora ainda menciona que os elementos não verbais são levados em consideração a partir de sua influência sobre os elementos verbais, de maneira a complementar ou modificar o seu significado. Cabe ao tradutor entender que os diferentes elementos presentes na cena e no texto coexistem e que o seu significado não é o resultado da soma de todos os elementos presentes, mas cada elemento cumpre sua função comunicativa, paralelamente com os outros elementos influenciando no sentido do texto meta.

¹⁸ O termo monomodal é apresentado pela autora para caracterizar práticas discursivas do passado, que de certa forma sempre foram textos multimodais, porém, foram considerados como sendo autônomos e isolados. Atualmente, considera-se que o surgimento de formulações calcadas na noção de multimodalidade deveu-se a duas tendências inter-relacionadas: tecnologias digitais cada vez mais diversificadas e o consequente reconhecimento de que outros recursos além da linguagem verbal podem ser usados discursivamente. (BAPTISTA, 2020, p.33).

Por um lado, não podemos traduzir o texto sem compreender como os outros elementos comunicativos acrescentam ou modificam o significado; e, por outro lado, os elementos não linguísticos elementos da mensagem não só constituem parte do significado, mas também, por vezes, impõem as suas próprias leis e condições ao texto. Se o texto não se ajustar a estas condições, não cumprirá a sua função comunicativa no seu todo nem permitirá que os outros sistemas o façam (MAYORAL *et al.*, 1988, p. 363).¹⁹

Albres (2016) aponta que a distinção entre os meios e os modos e os sistemas de signo é importante para se reconhecer a possibilidade de diferentes estratégias de tradução para o texto, levando em consideração a sua estrutura. Dessa forma, quando pensamos nos elementos que irão compor a tradução, é necessário que se mantenha a coerência e não se afaste do escopo original.

Quadro 9 - Exemplos de Situações de Abuso

<p>Texto base (Cartilha)</p>	 <p>(p. 6)</p>
<p>Texto meta (vídeo)²⁰</p>	

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse exemplo acima, optamos por substituir a imagem presente na cartilha onde temos um homem com expressões que claramente apontam para outras intenções junto de uma

¹⁹ On the one hand, we cannot translate the text without understanding how the other communicative elements add to or modify the meaning; and on the other hand, the non-linguistic elements of the message not only constitute part of the meaning but also, on occasions, impose their own laws and conditions on the text. If the text does not adjust to these conditions it will not fulfil its communicative function in the whole nor will it allow the other systems to do so.

²⁰ Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg_\(07:41'-08:49\)](https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg_(07:41'-08:49)).

garotinha e um policial logo atrás com as algemas, por duas imagens, uma com a criança sentada com os joelhos dobrados e expressão de tristeza e outra de uma placa circular com um traço vermelho cortando a imagem de uma mão segurando o celular. Uma imagem posicionada no canto superior esquerdo e outra ao lado da janela do intérprete.

O intuito foi de chamar a atenção para os cuidados com o uso do celular por crianças, o conteúdo dessa página na cartilha se refere a exemplos de situações de abuso e muitas dessas situações envolvem o uso do celular, seja na troca de mensagens, na filmagem ou registro fotográfico. A imagem da criança faz alusão a vítima desses crimes, ambas as imagens compõem o sentido de precaução e cuidado que somado a sinalização do conteúdo da cartilha espera-se provocar no telespectador o autocuidado e o alerta para fugir de situações de possíveis abusos.

Ao longo do vídeo sinalizado, iremos nos deparar com diversas imagens dispostas ao lado do intérprete, por vezes no canto superior e/ou inferior, que visam complementar o sentido do texto sinalizado. No primeiro momento optamos por fazer desta forma para mantermos o vídeo em Libras o mais próximo possível da cartilha, como já discutido no início deste capítulo, contudo é importante trazer para as discussões sobre o tipo de impacto que isso causará no público no qual é destinado esse material.

De certo modo, o público surdo é bastante diverso linguisticamente falando, a linguagem que atinge os adolescentes, por vezes pode não ser facilmente ou totalmente compreendida pelas crianças. E o contrário também ocorre, a linguagem para o público infantil pode tornar-se tediosa e desinteressante para os adolescentes, para os adultos vemos traços mais formais na linguagem, sem possíveis censuras e mais diretas no objetivo. E isso pode ocasionar um problema de tradução, caso não se tenha definida para qual público o tradutor irá propor o seu trabalho. De modo que a presença de uma equipe de tradução para auxiliar na tomada de decisão e diminuir os possíveis conflitos que possam surgir durante o ato tradutório é essencial.

E nesse contexto, ter na equipe também tradutores surdos e surdas, o que é fundamental pois à medida que vamos nos deparando com problemas de tradução de cunho cultural e linguístico como o da cartilha com dois públicos distintos, esses tradutores em particular poderão contribuir bastante devido compartilharem da mesma cultura e de sua relação com a língua de sinais, o que difere dos tradutores ouvintes como afirma Pinheiro *et al.* (2020).

Ter surdos e surdas na equipe de tradução, como profissionais tradutores nos possibilitaria uma melhor tomada de decisão frente aos problemas que porventura surgiria, esses profissionais que também são os nativos da língua, possuem além das competências

básicas de tradução a experiência visual e a cultura surda (PINHEIRO *et al.*, 2020), que trariam um novo olhar frente ao processo tradutório.

Existem diferentes funções que podem ser desenvolvidas na equipe de tradução de um material didático para crianças surdas em que os surdos tradutores possam atuar, no quadro abaixo Albres (2022) aponta as respectivas funções presentes na equipe e suas definições:

Quadro 10 - Funções de uma equipe de Tradução²¹

Função	Definição
TRADUTOR/ATOR ou TRADUTORAPRESENTADOR Português para Libras	Trabalha diretamente com o texto/ discurso vertendo de uma língua para outra. No momento da gravação pode usar um teleprompter ou um vídeo com glosinais. O tradutor/ator também pode usar a audição para ouvir uma pessoa lendo a glosa ou gravar sua própria voz, apenas como pistas para a enunciação em Libras. Assim, o tradutor/ ator é o tradutor que aparece no vídeo e conseqüentemente no produto final, apesar da tradução ter sido realizada em equipe.
SEGUNDO TRADUTOR	Trabalha diretamente com o texto/ discurso vertendo de uma língua para outra e como apoio no momento da gravação. Trabalha atrás das câmeras contribuindo de maneira direta e indireta no contexto tradutório.
TRADUTOR SUPERVISOR	O tradutor-supervisor pode acompanhar a tradução no dia da gravação como um terceiro elemento da equipe e supervisionar o processo de gravação, acompanhando e orientando, atento aos detalhes da expressão em Libras em relação às imagens do vídeo e projeto de edição.
CONSULTOR	O consultor é o profissional que trabalha com a orientação para a qualidade do material traduzido, de forma cooperativa instrui, esclarece, corrige e responde às questões específicas solicitadas pelos tradutores. O ideal é que o consultor seja também tradutor e experiente na atividade. Geralmente, pessoas surdas têm desenvolvido essa atividade de consultor/tradutor surdo de LIBRAS. Há consultores

²¹ Tanto os surdos como os ouvintes podem realizar qualquer uma das funções mencionadas, contudo, os surdos costumam assumir funções como tradutor/ator, consultor e revisor, segundo informações dos autores em Albres (2022).

	<p>surdos que não são bilíngues, ou seja, surdos que têm pouca habilidade com o português escrito ou oral, mas falam em Libras de maneira essencialmente imagética e podem contribuir com o refinamento da expressão em Libras, ajustes de expressão e na construção de narrativas.</p>
<p>TRADUTOR REVISOR</p>	<p>O tradutor/revisor é um tradutor que não participa dos processos anteriores do tradutor/ator ou segundo tradutor. Ele deve visualizar a tradução como se fosse o público-alvo do material e identificar problemas na tradução, dificuldades de compreensão. Assim, como um terceiro membro da equipe, ele pode assumir tal função durante a edição do vídeo. Além de apoiar o editor na organização das sequências gravadas, ou em pontos que serão utilizadas legendas ou outros recursos, o terceiro integrante da equipe de tradução atenta-se à sinalização e a outros aspectos técnicos.</p>
<p>COORDENADOR DA EQUIPE DE TRADUÇÃO</p>	<p>O coordenador organiza a equipe de tradução, recebe os textos em língua fonte (Língua Portuguesa), agenda o estúdio, elabora um cronograma de preparação e gravações com a equipe de tradutores. Acompanha e orienta em todas as etapas até a conclusão do produto.</p>
<p>COORDENADOR DO PROJETO</p>	<p>O coordenador geral do projeto organiza toda a equipe, envolvendo os tradutores, revisores, consultores, design, e faz as tratativas com quem solicitou o projeto de tradução.</p>
<p>DESIGNER/ DIAGRAMADOR/ EDITOR</p>	<p>Após as gravações realizadas pela equipe de tradutores, o editor recebe o material audiovisual e analisa toda obra identificando erros e recortando partes desnecessárias. Concluindo essa etapa, o material é encaminhado para o design gráfico, onde são “produzidas imagens estáticas, como ilustrações, fotos, diagramas, gráficos, mapas, e na forma dinâmica, por meio do uso de vídeos e animações”. Por fim, o editor finaliza o projeto unificando todas as trilhas (sonoras, animação e legenda) acompanhado de um tradutor-intérprete.</p>
	<p>Dublador é a pessoa que sobrepõe a sua voz e interpretação, em idioma específico, a um ou vários personagens, a fim de substituir a voz dos atores ou</p>

DUBLADOR	dubladores originais de filmes, animações, seriados, documentários, programas de televisão estrangeiros, etc. Em livros infantis pode-se colocar a voz em português simultaneamente ao que o tradutor/ator apresenta em Libras. Como uma tradução de Libras para português. Neste processo, os dubladores são escolhidos de acordo com o gênero do tradutor (voz feminina ou masculina).
OPERADOR DE LEGENDA EM PORTUGUÊS	O operador de legenda faz a edição dos vídeos sobrepondo as legendas. A legendagem em português pode seguir ou não o texto de partida da tradução. Por vezes, é necessário fazer adequações da linguagem que estava registrada em um livro escrito para um novo suporte material audiovisual e que representa uma expressão oral (produzida pelo tradutor/ator) e não mais escrita.



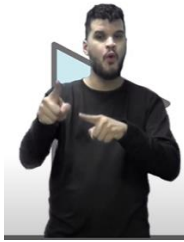





Fonte: Albres e Kelm (2022).

Em nossa pesquisa, por questões de logística e de tempo, não foi possível montar uma equipe com todos os profissionais necessários para realizar uma tradução como deve ser feito, todo o procedimento foi realizado por apenas um tradutor que também é o autor dessa pesquisa, o que poderia resultar em possíveis equívocos quanto as tomadas de decisão, de modo que a tradução poderá ser refeita juntamente com uma equipe de profissionais tradutores surdos e ouvintes para posteriormente disponibilizar as comunidades surdas.

4.3 A tradução e seus desafios linguísticos

Ao traduzir a cartilha, a ideia inicial era torná-la apropriada para o público infanto-juvenil, contudo ao observar que o próprio público-alvo diverge quanto ao tipo de linguagem adequada e a sinalização da cartilha, consta-se que esta tradução mais se aproxima do público adulto surdo, o que pode ser confirmado pelas escolhas do tradutor durante o processo de tradução da cartilha *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias*. Sendo assim, o público alvo desta tradução passou ser os surdos adultos, que compreendem os pais, os educadores, familiares e demais membros da comunidade surda que poderá usufruir da tradução da cartilha para obter conhecimento a cerca da proteção e prevenção de crimes relacionados ao abuso e a violência sexual infanto-juvenil.

Quadro 11 - Título da Cartilha em Libras/ Língua Portuguesa

Título em Libras: https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg (00:00' - 00:10')			
GLOSAS:			
			
VIOLENCIA	SEXO	CONTRA	CRIANÇAS
			
ADOLESCENTE	SILÊNCIO	DESTRUIR	
			
INFANCIA			
Título em LP: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias.			

Fonte: elaborado pelo autor.

A tradução do título da cartilha foi mais literal, numa aproximação das palavras para os sinais escolhidos, para tentar manter coerência com o título original da cartilha. Contudo é imprescindível ao tradutor analisar o contexto e o público a quem se destina o produto de sua tradução. O que nos traz a reflexão sobre as escolhas feitas para a tradução do título da cartilha, e conseqüentemente as perguntas: Será que o público compreenderá a intenção do tradutor com

as escolhas do título? As glosas “SILÊNCIO” e “DESTRUIR” sinalizadas no subtítulo conseguem entregar o real sentido de sua aplicação nessa sinalização?

De certo modo, a escolha por manter a tradução literal do título desta cartilha leva em consideração que o público-alvo é de adultos surdos, uma vez que as experiências linguísticas que surdos adultos fluentes em Libras possuem tornam-se suficientes para entender certos arranjos da língua, como: O silêncio destrói? De certa forma a figura de linguagem existente poderá possivelmente ocasionar um certo estranhamento à primeira vista, mas que eventualmente será compreendido pelo contexto da tradução.

Podemos inferir também que ao manter o título com a tradução literal para a Libras, contribuiremos também não tão somente para a construção do léxico, mas para a expansão da construção dos sentidos e das significações por parte dos surdos.

O material da cartilha é destinado a adultos surdos, como mencionado anteriormente, caso fossemos levar a ideia inicial de produzir este material preventivo voltado para o público infante-juvenil surdo, seria necessário a adaptação, outros recursos imagéticos e performáticos que demandaria uma outra pesquisa.

O tradutor necessita compreender o universo do seu público-alvo e entender as suas especificidades é essencial para uma boa tradução. Segundo Albres (2022), as traduções voltadas para crianças surdas possuem um aspecto único que é a visualidade da língua de sinais e suas expressões realizadas pela corporeidade o que faz com que o tradutor produza sua tradução de forma peculiar. Em se tratando de surdos adultos, a maturidade da língua permite certos desdobramentos que ficariam por hora inacessíveis ao público infante-juvenil, porém mesmo que alguns surdos compreendam de forma mais fácil a tradução mais literal, haverá aqueles que, assim como as crianças, necessitará de menos abstrações e mais adaptações para absorverem melhor o conteúdo traduzido.

Dessa forma, ao pensarmos em uma escolha que pudesse diminuir o possível problema de compreensão à primeira vista e que pudesse situar esses surdos sobre o real sentido da frase no título sinalizado, apresentamos as seguintes opções de escolhas tradutórias.

Quadro 12 - Opções de tradução do subtítulo

Subtítulo em LP	GLOSAS
Texto: O Silêncio que Destrói Infâncias.	Libras01: CONTINUAR SILÊNCIO PERIGO Libras02: ESCONDER SEGREDO BOM-NÃO

Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 8, apresento duas possibilidades de tradução para substituir a tradução literal do subtítulo, o jogo com as palavras e com os sinais tanto da primeira proposta como da

segunda objetiva explicar de forma direta o significado da expressão “O silêncio que destrói infâncias”. Além da troca das glosas por outras que não carregam consigo uma figura de linguagem, é necessário que a execução dos mesmos pelo tradutor venha acompanhado de expressões faciais e corporais que chamem a atenção do receptor para a gravidade do tema. As propostas do quadro 8 não são definitivas e abrem possibilidades para que outras proposições surjam de modo a tornar o mais compreensível possível para o público que irá consumir o material traduzido.

Quadro 13 - Tradução Libras/LP do relato da vítima

Relato em Língua Portuguesa: página 05

“Mãe, como ele fazia ameaças de morte para eu não contar o que aconteceu, ele mexia em tudo o que era parte do meu corpo. Teve um dia que eu fugi. (...), ele me encontrou e me levou para a casa dele. Ele me obrigou a deitar na cama dele e tirar a roupa. Ele também tirou e fez coisas”. (Carta de uma vítima de abuso infantil)

Relato em Libras: <https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg> (06:02' - 06:25')



MÃE

EL@

SEMPRE



FALAR-EU

IR



MATAR

VOCÊ

SI

SILÊNCIO



EU

DEIXAR

EL@-VIR

BEIJAR corpo todo



Fonte: elaborado pelo autor.

Como relatado no caderno de memórias, o texto do quadro 9 que remete a uma carta que a vítima escreveu para a sua mãe causou um impacto no tradutor no momento da sinalização, o que tornou o texto difícil de ser gravado, dado o conteúdo forte e como

mencionado por Albres (2022) a tradução para surdos é acompanhada da visualidade²² das línguas de sinais somados a corporeidade do tradutor, o que implica em tornar visível uma situação bastante desagradável que está presente no texto.

Outro ponto que chama atenção além das escolhas lexicais, é a presença do tradutor homem em um relato de uma garota que sofreu abuso por parte de um outro homem, algo que precisará ser revisto, uma vez que pode gerar um efeito negativo em alguns receptores, principalmente as crianças e adolescentes surdas. Ressaltando mais uma vez a importância de uma equipe mista com surdos e surdas tradutores presentes também, de modo que suas particularidades, no que tange a cultura e língua seriam fundamentais no processo de tomada decisão, conforme Pinheiro *et al.* (2020).

Analisando as escolhas feitas pelo tradutor, é possível observar a adequação feita nesta versão da tradução, logo no início da carta em que a vítima escreve:

“Mãe, como ele fazia ameaças de morte para eu não contar o que aconteceu [...]”

MÃE EL@ SEMPRE FALAR EU IR MATAR VOCE S-I SILÊNCIO (calado+ expressão de reprovação)

Neste trecho quando o tradutor sinaliza o sinal de Silêncio e olha para a vítima, representa uma forma de advertência, ou seja, “fique quieto, senão eu mato você”, em substituição do “ameaçar de morte”, contudo é perceptível que para a versão que será regravado posteriormente, é necessário complementar com mais algumas informações para que não haja falhas na compreensão.

No trecho em que está escrito na carta: “ele mexia em tudo o que era parte do meu corpo [...]”, o tradutor utilizou o sinal em libras “beijar” feito com as duas mãos, com ponto de articulação no início do tórax, com movimento para cima e para baixo de forma simultânea, nesta escolha de tradução buscou se representar o abuso feito pelo agressor através de carícias pelo corpo da vítima, a expressão negativa realizada pelo tradutor remonta ao desconforto da vítima. A ideia de execução do sinal dessa forma como foi sinalizado pelo tradutor, partiu da observação do sinal de “abuso”, cuja sinalização utiliza outros parâmetros, mas o conceito do sinal permanece, que no caso remete a beijos com segundas intenções no corpo.

²² De acordo com Campello (2008) a visualidade é a relação entre a percepção e a imagem que é modelizada pelas qualidades do signo visual. A experiência da visualidade produz subjetividades marcadas pela presença da imagem e pelos discursos viso-espaciais provocando novas formas de ação do nosso aparato sensorial, uma vez que a imagem não é mais somente uma forma de ilustrar um discurso oral. O que captamos sensorialmente pelos olhos é apenas uma pista que é enviada aos sistemas neuronais e, posteriormente, esses dados, através de operações mais complexas informam nosso cérebro, produzindo sentido do que estamos vendo. (CAMPELLO, 2008, p.22.). Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91182>.

Figura 17 - Sinal Abuso Sexual



Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência onde está escrito “[...] ele me encontrou e me levou para a casa dele. Ele me obrigou a deitar na cama dele e tirar a roupa. Ele também tirou e fez coisas.” O tradutor optou por colocar de forma implícita a ação de obrigar através das expressões faciais presente no sinal de “levar” no quadro 9, nesta escolha buscou se expressar a violência do levar até a casa e exigir da vítima que tirasse a roupa e fizesse coisas, através da corporeidade do tradutor, no final o tradutor manteve o sentido literal do fazer coisas, sinalizando conforme a escrita.

O “fazer coisas” que arremete ao ato sexual poderia ser substituído pelo sinal em libras de “sexo” ou mesmo utilizar os classificadores para deixar a narrativa mais visual. Contudo é importante ressaltar que os trechos da cartilha que trazem o relato das vítimas, que não são fictícias, mas casos reais, tornam essas escolhas difíceis de realizar, de modo que o tradutor precisa estar preparado para lidar com conteúdo que podem gerar desconfortos. O que só reforça a complexidade da tradução para as línguas de sinais, pois a forma como será performada a expressão citada poderá influenciar no modo de interpretação do surdo em questão.

Um dos grandes desafios para o tradutor de língua de sinais é a visualidade dessas línguas e as expressões não manuais presentes na corporeidade deste tradutor, o que podem provocar uma inibição do mesmo frente a sinalização. Assim a subjetividade do tradutor produz enunciados singulares que marcam o ato tradutório.

E partindo desse pressuposto um dos problemas que nos deparamos no início para a realização da tradução deste relato e de outros também que estão dispostos ao longo da cartilha, concentrou-se na perspectiva da criança surda, sendo que os textos para o público infantil em Libras, preferencialmente precisam trazer o máximo possível de elementos visuais e a sinalização precisa ser o mais visual possível (uso de expressões não manuais, classificadores e outros elementos). Porém, o conteúdo não somente desses relatos, mas de todos os relatos apontados na cartilha trazem consigo um peso para a visualidade, de modo que corroborando

com Albres (2022), o tradutor necessita compreender muito bem o universo infantil para tomar as melhores decisões, seja na omissão de alguns fatos ou na explicitação de outros. Dessa forma, optou-se por redirecionar o público-alvo em questão para os surdos adultos, que de certo modo, não apresentariam alguma restrição quanto a visualidade da tradução, adaptar ao público infantil demandaria muito mais atenção e cuidado com o tipo de linguagem.

Por isso, o tradutor que irá traduzir para crianças deverá entender que o seu fazer tradutório irá repercutir sobre a constituição subjetiva dessas crianças que terão contato com o material fruto de sua tradução. Ao iniciar a tradução dessa cartilha cujo a linguagem não é favorável para a acessibilidade do público infanto-juvenil, muitas questões sobre o que deve ou não serem ditos surgiam a todo o momento, algo que contribuiu para a tomada de decisão da mudança quanto ao público-alvo.

A cartilha como já mencionado anteriormente aponta relatos que de certa forma, choca os leitores experientes, devido aos detalhes que são narrados, na maioria das vezes por adultos que passaram por situações de violência sexual. Quando refletimos sobre os processos de tomada de decisão, levando em consideração toda a carga imagética que acompanha o fazer tradutório em Libras, nos deparamos com as fronteiras culturais que abrangem tanto o tradutor ouvinte, como o receptor surdo.

A tradução mediada por um ouvinte traz consigo subjetividades e representações de sua própria cultura, o que pode ser compreendido pela forma como o tradutor se posiciona durante a tradução, dessa forma as escolhas textuais a serem traduzidas bem como as estratégias para a realização do processo tradutório são capazes de modificar a construção da identidade da cultura base na cultura alvo.

Quadro 14 - O Conceito de Exploração Sexual

Texto em Libras 01: <https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg> (06:29' - 06:38')



INFLUENCIAR

CRIANÇAS

ADOLESCENTES



COMO?

IR

CONSEGUIR



DINHEIRO

CORPO

SEXO



INTERAGIR

Texto em Libras 02: <https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg> (09:05' – 09:08')



INFLUENCIAR

SEXO

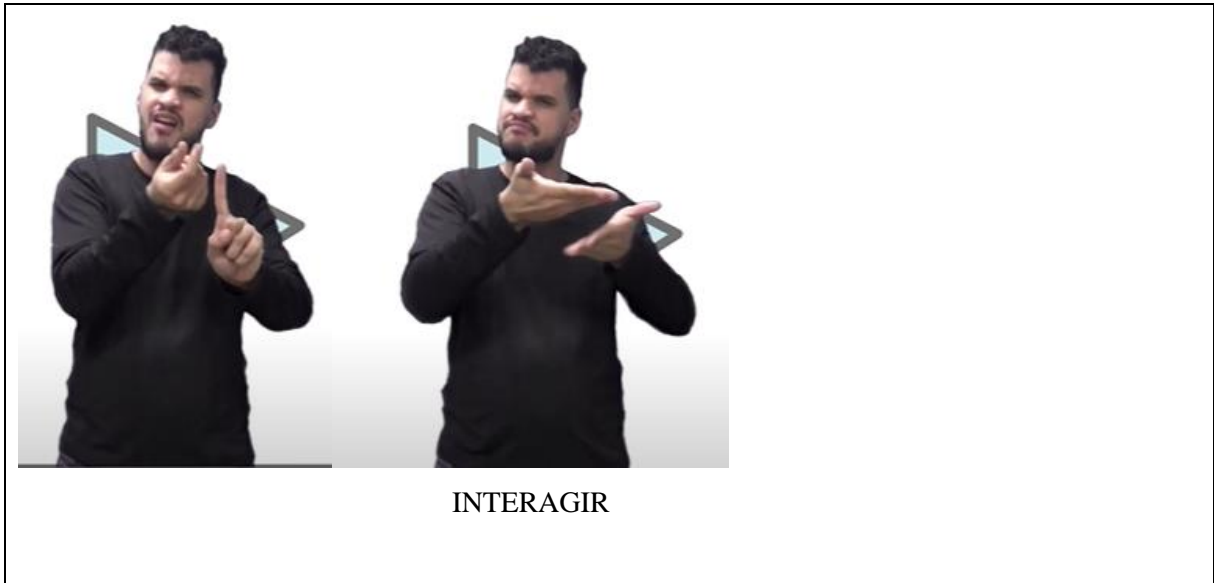
Texto em Libras 03: <https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg> (43:13' - 43:18')



INFLUENCIAR

PROSTITUIÇÃO

DINHEIRO-DAR-RECEBER



Fonte: elaborado pelo autor.

Durante o processo de pesquisa sobre a terminologia para este trabalho, não foi encontrada um sinal específico para o termo “exploração sexual”, cabendo ao tradutor adotar estratégias que pudessem abranger o sentido e o significado deste termo dentro do enunciado em libras. No quadro 13, podemos observar três sinalizações diferentes que visam representar o significado de exploração sexual, todas elas não apresentam um sinal específico, mas a construção de um conceito, uma explicação para o público-alvo sobre o que aquele termo significa.

No primeiro quadro intitulado “Texto em Libras 01”, o tradutor faz uma explanação sobre o termo, iniciando a explicação com uma pergunta através do pronome interrogativo “COMO?”, em sequência a descrição dos elementos que constituem o ato.

“INFLUENCIAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO? IR CONSEGUIR DINHEIRO CORPO SEXO INTERAGIR”

A exploração sexual em tese significa a obtenção de lucro de um indivíduo por meio de terceiros através da prostituição. Para visualizar o conceito, o tradutor utilizou após a interrogação os termos “CONSEGUIR DINHEIRO CORPO SEXO INTERAGIR”, deixando implícito a figura do explorador ao fazer o sinal de influenciar seguido do apontar para o classificador de pessoa, contribuindo para a construção dos personagens do enunciado.

Na segunda sinalização do termo presente no quadro 13, o tradutor ao se referir a exploração sexual reduziu para apenas duas glosas “INFLUENCIAR” e “SEXO”, acrescida da contextualização referente ao capítulo que segue, dessa forma é possível passar despercebido o real sentido da exploração sexual, além de que a falta de um padrão para se referir a esta

terminologia, poderá gerar confusões por parte do público-alvo sobre o que seja exploração sexual e abuso sexual.

Ainda no quadro 13, o tradutor mais uma vez ao se referir a este termo sem um sinal específico em Libras, optou por fazer a datilologia seguida de uma explicação que diverge um pouco da primeira execução com algumas modificações de sinais.

“INFLUENCIAR PROSTITUIÇÃO darDINHEIROreceber + CL PESSOA INTERAGIR”

Nessa configuração, vemos o acréscimo do sinal de prostituição acompanhado do sinal de dinheiro com movimento alternado, trazendo a ideia de troca, negociação, e findando com o sinal de interação. Ao buscar uma padronização deste termo, podemos inferir que a terceira sinalização é a que mais deixa claro sobre o que de fato é a exploração sexual. De modo que tornar o conceito o mais visual possível poderá facilitar a compreensão do nosso público-alvo.

Ainda que não haja um glossário com os termos que versam sobre este tema, a medida em que mais pesquisadores e tradutores desenvolvam pesquisas que abranjam esse tipo de temática e disponibilizem para as comunidades surdas, mais sinais irão surgir, contribuindo para o aumento do vocabulário e popularização de temas como esse nas comunidades surdas.

Quadro 15 - Descrição das modalidades virtuais de abuso (cartilha e tradução)

Texto base (Cartilha)	Descrição das principais modalidades virtuais de abuso e exploração sexual	
	PRÁTICAS	DESCRIÇÃO
	Sexting	Palavra originada da união de duas palavras em inglês: sex (sexo) com texting (envio de mensagens) – uma expressão de violência recente, na qual adolescentes, jovens ou adultos usam celulares, e-mail, sites de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamento, para enviar fotos sensuais, mensagens de texto eróticas ou com convites sexuais para conhecidos;
	Sexcasting	Consiste na troca de mensagens sexuais em serviços de conversas instantâneas;
	Sextosión	Prática de chantagens com fotografias ou vídeos de crianças ou adolescentes sem roupa ou em relações íntimas que foram compartilhados por sexting com fins de exploração sexual;
	Grooming	Caracterizado pela ação de um adulto ao se aproximar de crianças ou adolescentes via internet, por meio de chats em redes sociais, com o objetivo de praticar abuso sexual na exploração sexual;
	Slutshaming (ou slut-shaming)	Definido como o ato de incluir uma mulher a se sentir culpada ou inferior devido a prática de certos comportamentos sexuais que desviam de expectativas convencionais de seu gênero;
	Stalking	Termo vem do verbo em inglês to stalk, que define o ato de perseguição incessante. O perseguidor obsessivo é chamado de stalker, que adota várias táticas para obter informações da vítima, acompanhar sua vida e, em certas situações, até mesmo ocasionar danos sexuais e psicológicos. Há evidência de stalking na adolescência, envolvendo em especial situações de namoro rompido. Além de incoroar on-line, o stalker pode perturbar a vítima pessoalmente, realizar ligações telefônicas, enviar e-mails e mensagens para o celular, além de publicar fotos ou boatos desastrosos na internet, entre outras ações;
Cyberstalking	Também designado por stalking on-line, eletrônico ou virtual, está associado à intrusão, assédio persistente e perseguição, perpetrada através das tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Burmester, Henry & Kemmes, 2005). Como construção sociocultural, surge no mundo ocidental durante o último século, reflexo do progressivo reconhecimento do stalking e da acentuada situação das TIC (Carvalho, 2011).	

(p.20)



Fonte: elaborado pelo autor.

No quadro 14, temos a descrição dos principais termos sobre abuso sexual cometidos através da internet, todos os termos descritos estão em inglês e são incorporados na língua portuguesa sem uma tradução, permanecendo os termos originais, em se tratando da Libras, também não foi localizado em nenhuma base dados a respeito da tradução dessas terminologias, o que poderá ser feito após a comunidade surda ter conhecimento sobre.

O tradutor em questão utilizou-se da datilologia para sinalizar os termos destacados que vinham acompanhado de sua definição, além da soletração manual foi inserido também a legenda para cada termo soletrado. O recurso da datilologia é utilizado quando não há um sinal para determinada palavra, o tradutor ou intérprete irá soletrar com o alfabeto manual o termo em questão e dar prosseguimento a sinalização.

Para complementar as informações, os elementos gráficos presente na tela trazem a contextualização do que está sendo sinalizado pelo tradutor, onde temos a direita da janela do intérprete um homem usando o computador com a projeção de uma sombra maligna na parede e no canto esquerdo um celular com a tela de mensagens e um “emoji” assustado, representando o teor da conversa. Ambas as informações visuais, acrescida da datilologia complementam as informações sinalizadas.

Concordamos com Albres (2022) quando afirma que a atividade tradutória é complexa por sua natureza cognitiva, na qual está intrinsecamente ligada a dimensão cultural, comunicacional e linguística, que perpassa a subjetividade do tradutor e de seu público.

A proposta inicial ao buscarmos traduzir este material que se encontra disponível no site do Ministério Público do Ceará, para as comunidades surdas brasileiras que se comunicam por

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5jcsX06dgWg> (43:22' - 47:58').

meio da Libras, em especial os pais surdos, familiares e educadores surdos, era disponibilizá-la para que esse público tenha acesso e se beneficiem das informações contidas.

Contudo, durante o processo tradutório, surgiram diversos problemas que influenciaram na logística de produção do material, o que dificultou a produção da retradução e readaptação de partes do protótipo da cartilha traduzida. Além do que, vimos a necessidade de participação de mais profissionais no processo tradutório, para que pudéssemos construir da melhor forma possível.

Dessa forma, as considerações e discussões a respeito deste trabalho, contribuirão certamente para que outros pesquisadores despertem a curiosidade em trabalhar com temáticas como essa e com o público infanto-juvenil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de nossa pesquisa, que se baseou nos caminhos fundamentados por Nord (2016), no intuito de entregar uma tradução funcional que chegue ao público de destino, as crianças e adolescentes surdas que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais.

A tradução comentada de modo geral possui suas próprias especificidades e conforme o gênero a ser traduzido as características e os aspectos que serão cotados nos comentários mudam, contudo há a exigência de uma certa coerência no que tange ao processo tradutório, o autor precisa trazer certos elementos que marcarão as relações entre os textos da língua de origem e os textos da língua de destino. Ainda que a tradução comentada apresente diversas formas e estratégias de realizá-la, ela é uma das diversas faces dos estudos da tradução.

A tradução desta cartilha em especial nos trouxe diversos questionamentos e inquietações, a começar da temática que abrange a violência sexual infanto-juvenil, um tema pouco explorado no universo das traduções para a Libras, mas com uma relevância social muito grande. A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma triste realidade em nosso país e acomete mais vítimas do que podemos imaginar. Pensando nisso é que a proposta de traduzir a cartilha *“Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destrói Infâncias”* permaneceu, pois segundo dados da própria cartilha, as crianças que possuem alguma dificuldade de comunicação, bem como as portadoras de alguma deficiência são perfis muito vulneráveis e ideais para os abusadores.

A nossa intenção com esta pesquisa era fazer um trabalho útil, que pudesse servir a comunidade surda em especial professores, profissionais e pesquisadores surdos e das línguas de sinais, de modo que a tradução da cartilha possa ser utilizada por outras instancias, reelaborada, transformada em material didático ou para consumo. Assim nossa pesquisa foi pautada na tentativa de responder a seguinte pergunta que aqui retomamos: *Que desafios são encontrados no processo de tradução da cartilha “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – O Silêncio que Destrói Infâncias”?*

O processo tradutório de qualquer tradução é recheado de desafios que perpassam as questões culturais, linguísticas e pessoais. A tradução da cartilha se mostrou difícil e complexa ainda nos estudos referente a temática de abuso e violência sexual infanto-juvenil, nos levando a refletir sobre as questões sociais, políticas de proteção, políticas linguísticas dentre outros, gerando no tradutor um nível de conscientização e entrega.

Traduzir alguns relatos de abuso sexual fez com que nos colocássemos no lugar da vítima, transmitir através da Libras a angústia, o desespero, o medo gera um grau de desconforto que não é comum em relatos de outras traduções comentadas, possivelmente é mais comum nas interpretações que estão dentro desse mesmo contexto. De certo modo o texto escrito também influencia o tradutor, causa impacto e gera reflexões que são fundamentais não somente para a tradução, mas para a construção do ser social de quem traduz.

Outro desafio se encontra nas adaptações para o público-alvo deste trabalho, pensar a tradução deste tipo de conteúdo é um grande desafio. A começar pelas questões terminológicas, alguns conteúdos e termos não estão presentes no vocabulário dos surdos, não há sinais específicos, a cultura visual exige a adaptação de recursos imagéticos, a edição dos vídeos, dentre outros que tornaram as tomadas de decisão durante o processo tradutório mais difícil a cada capítulo traduzido da cartilha.

Frisamos que esta pesquisa procurou contribuir para os estudos da tradução, em especial aos estudos relacionados a tradução comentada, tradução em serviços públicos e tradução de cartilhas educacionais, temas em que há ainda muito que se explorar. Entendemos que a tradução comentada é um tema recorrente nas pesquisas em estudos da tradução, contudo ainda há muito para se estudar e pesquisar.

Como limitações dessa pesquisa, ressaltamos a pouca experiência deste pesquisador no que tange a tradução funcional de cartilhas educacionais, em especial a temática abuso e violência sexual infanto-juvenil. Assim como a proposta apresentada, aprendemos durante a construção do trabalho e crescemos conforme a pesquisa foi ganhando forma e conteúdo.

Para concluirmos, destacamos que esta pesquisa proporciona o desenvolvimento de investigações em traduções de textos de cunho social, informativo e jurídico para o público surdo, que muitas vezes não possuem o acesso linguístico a materiais em Libras que abordam essas temáticas, ficando centralizadas no âmbito literário na maioria das vezes. Ressaltamos também da importância de iniciativas que promovam essas traduções e despertem os tradutores a pesquisar, traduzir e disponibilizar suas traduções para a comunidade surda, contribuindo para o desenvolvimento social de todos. Por fim esperamos que essa pesquisa possa servir a comunidade surda e a futuras investigações, promovendo e contribuindo para o crescimento dos estudos da tradução.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. **Entre a literatura e a tradução para crianças surdas**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022.

ALBRES, N. A. Tradução comentada de/para línguas de sinais: ilustração e modos de apresentação dos dados de pesquisa. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 425-451, 2020a.

ALBRES, N. A. Traduções comentadas de poesias em e traduzidas para línguas de sinais: um método de pesquisa em consolidação. **Revista Eletrônica Araticum**, v. 21 n. 01, p. 70-90, 2020b. Dossiê. Literatura Surda e Outras Literaturas Marginais. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/2739/2696>. Acesso em: 29 maio 2023.

ALBRES, N. A. Multimodalidade e a tradução intersemiótica de livros didáticos. **Fórum**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 102-121, 2016.

ÁLVAREZ, A. M.G. Evaluating Students' Translation Process in Specialised Translation: Translation Commentary. **The Journal of Specialised Translation - JoSTrans's**, v. 7, jan. 2007. Disponível em: https://www.jostrans.org/issue07/art_alvarez.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

AZEREDO, G.; SANTOS, E. A. dos. **Tradução Intersemiótica. Revolução, Tradução e Traduções Revolucionárias**. In: ENCONTRO NACIONAL CULTURA E TRADUÇÃO, 4., João Pessoa, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ct/article/view/36309/18432>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BAPTISTA, G.de S. **Multimodalidade, visualidade e tradução**. 2015. 85 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1311698_2015_completo.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 3. reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOTO, C. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 03, p. 493-511, 2004.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: <https://encurtador.com.br/psBEH>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo.** Editora AGE Ltda, 2002.

CAVACO-CRUZ, L. **Manual práctico e fundamental de tradução técnica.** São Paulo: Arkonte, 2012.

CEARÁ. Ministério Público. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silêncio que Destroí Infâncias.** Fortaleza: MPCE, 2021. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTILHA-Viole%CC%82ncia-Sexual-contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madri, v. 6, n. 2, 2008, pp. 120-136. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/551/55160210.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

GUIMARÃES, L. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo.** São Paulo: Annablume, 2003.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 1997.

GROSJEAN, F. The right of the deaf child to grow up bilingual. **Sign language studies**, v. 1, n. 2, p. 110-114, 2001.

HALE, S. B. **Community Interpreting.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HOLMES, J. S. The name and nature of translation studies. Translated. **Papers on literary translation and translation studies**, v. 2, p. 67-80, 1988.

HOUSE, J. **Translation quality assessment: A model revisited.** Gunter Narr Verlag, 1997.

MARCUSCHI, L. A. *et al.* Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **Gêneros textuais e ensino**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 19-36, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2009.

MARIGUELA, A. D. B. A Cartinha de João de Barros como um exercício de tradução. **Tradução & Comunicação**, v. 23, 2011.

MENDONÇA, M. Diz-me com que (m) andas e te direi quem és: a relação entre as histórias em quadrinhos e seus suportes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 2., João Pessoa, 2004. **Anais...** João Pessoa : Idéia editora Ltda., 2003. p. 1273-1283.

MENDONÇA, M. R. de S. **Ciência em quadrinhos**: recurso didático em cartilhas educativas. 2008. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. *In*: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, 2., 2006, Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, 2006.

MOZDZENSKI, L. **Multimodalidade e gênero textual**: analisando criticamente as cartilhas jurídicas. Recife: Edufpe, 2008.

NICOLOSO, S. **Modalidades de tradução na interpretação simultânea da Língua**

NORD, C. Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução. Tradução de Cristiane Krause Kilian. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. especial, p. 9-24, 2016.

OLIVEIRA, L. M. B. *et al.* **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. 2012.

ORIGUELA, D. A. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. **Tradterm**, v. 23, p. 225-240, 2014.

PINHEIRO, K. L. *et al.* **Políticas linguísticas e suas implementações nas Instituições do Brasil**: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência. 2020.

PHILLIPSON, R.; SKUTNABB-KANGAS, T. Linguistic rights and wrongs. **Applied linguistics**, v. 16, n. 4, p. 483-504, 1995.

PÖCHHACKER, F. I in TS: On partnership in translation studies. *In*: Translation Research and Interpreting Research. **Multilingual Matters**, 2004. p. 104-115.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. São Paulo: Editora Feevale, 2013.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. **Língua brasileira de sinais**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABIN, C. **The linguistics of translation**. [*S. l.*]: Secker and Warburg, 1958.

RODRIGUES, C. H.; SANTOS, S. A. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. **Tradução em Revista (online)**, v. 24, p. 1-29, 2018

RIDGEWAY, S. M. Abuse and deaf children: Some factors to consider. **Child Abuse Review**, v. 2, n. 3, p. 166-173, 1993.

RIBEIRO, G. R.; BERTONHA, G.; CASTRO, J. N. de. Política linguística voltada para surdos no Brasil: reflexões sobre os domínios familiar e escolar. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 18, n. 01, p. 211-230, 2020.

REISS, K.; VERMEER, H. J. **Grundlagen einer allgemein Translationstheorie**. Tübingen, 1984.

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Direitos, políticas e línguas: divergências e convergências na/da/para educação de surdos. **Educação & Realidade**, v. 41, p. 661-680, 2016.

SANTOS, S. A. dos; POLTRONIERE-GESSNER, A. V. O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 69/84.

TODOROVA, M Interpreting for refugees. Interpreting in Legal and Healthcare Settings. **Perspectives on Research and Training**, p. 153, 2020.

TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995

TORRES, M. C. Por que e como pesquisar a tradução comentada? *In*: FREITAS, L. F. de; TORRES, M. C.; COSTA, W. C. (orgs.). **Literatura Traduzida tradução comentada e comentários de tradução**. Fortaleza: substância, 2017. p.15-35.

TUFAILE, C. **Tradução jurídica e terminologia: aprendendo a traduzir com tarefas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33881/1/2018_CinthiaTufaile.pdf . Acesso em: 25 jan. 2022.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. **The Map: a beginner's guide to doing research in translation studies**. Manchester: St Jerome Publishing, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Millions of people in the world have hearing loss that can be treated or prevented. Geneva: **WHO**, p. 1-17, 2013.